Demonstrações Financeiras & Relatório da Administração 2023

Furnas Centrais Elétricas S.A. CNPJ 23.274.194/0001-19

Aqui você confere os indicadores de resultados da Eletrobras Furnas 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2023

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Gostaria de compartilhar o resultado do primeiro ano de operação do novo modelo de governança e negócios da Eletrobras. Acreditamos que tudo o mais que a Companhia faz se subordina a uma cultura de alta performance, pautada pela segurança das pessoas, ativos e do meio ambiente, o que é inegociável.

O CAPEX da Companhia atingiu R$ 9 bilhões, um crescimento superior a 60% em relação a 2022 e quase o dobro em relação a 2021. Estamos concluindo projetos importantes com as obras da linha de transmissão Manaus-Boa Vista com investimento total de R$ 3,3 bilhões e o parque eólico de Coxilha Negra, o maior investimento em geração da Companhia de cerca de R$ 2,1 bilhões, composto por 72 aerogeradores e com 302,4 MW de capacidade instalada, já iniciou a operação em fase de testes. Além disso temos 199 empreendimentos de transmissão de grande porte em implantação, prevendo mais R$ 7,0 bilhões em CAPEX até 2027.

Com a nossa capacidade de investimentos ampliada, participamos de forma ativa do calendário de leilões de transmissão do setor em 2023. No leilão de junho, fomos o único participante que fez lances nos noves lotes, sempre de forma competitiva e com disciplina de capital. Da mesma forma, nos próximos leilões, as decisões de investimento considerarão sempre o planejamento estratégico, sinergias e a criação de valor, com os retornos adequados para o risco de execução de cada lote, garantindo que o conjunto dos nossos ativos continue sendo de alta qualidade, contribuindo para uma efetiva transição energética e para o desenvolvimento da infraestrutura do país.

O ano passado foi marcado pelo avanço significativo no processo de simplificação da estrutura societária. A incorporação de Furnas foi recentemente aprovada na Assembleia Geral Extraordinária e estamos aguardando as anuências necessárias para sua efetivação. Destaque para a conclusão de transações importantes como a aquisição de Retiro Baixo Energética e a consolidação de 100% de Teles Pires e da UHE Baguari. Tivemos avanços na otimização da estrutura de capital de Santo Antônio Energia, que passou pelo processo de reestruturação de suas dívidas, trazendo uma solução definitiva a situação financeira da empresa, com a melhora do perfil de crédito garantindo sua perenidade e viabilidade econômica.

A melhoria da alocação de capital está sendo implementada através da gestão de portfólio dos ativos, destacando-se o início do processo de venda de térmicas a gás do grupo Eletrobras, iniciativa que materializa o compromisso de sermos uma empresa com matriz de geração 100% renovável. Em 2024, foi concluída a alienação da UTE Candiota, único ativo de geração utilizando carvão do grupo, responsável por aproximadamente um terço das emissões totais, representando importante marco para a Eletrobras na busca pela redução das emissões de CO2 e em linha com a meta net zero em 2030, de acordo com as diretrizes do *Science Based Targets Initiative*. Queremos que a Eletrobras seja referência e líder reconhecida na transição energética.

Os resultados financeiros ano de 2023 mostraram a busca pela disciplina de capital e pela maior eficiência de custos e despesas. As despesas de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) tiveram uma redução de 10% em relação a 2022. O EBITDA cresceu 49% e totalizou R$ 17 bilhões e o lucro líquido anual atingiu R$ 4,4 bilhões, um aumento de 21% em relação a 2022, demonstrando o impacto positivo do aumento das receitas de transmissão, a adequação de custos e despesas, a simplificação da estrutura administrativa da Companhia. O resultado ainda reflete eventos extraordinários típicos de um processo de *"de-risking"*, mas a expectativa é que esses eventos se reduzam no tempo e o resultado seja cada vez mais previsível e estável, refletindo a crescente resiliência e capacidade de geração de valor de nossas operações.

Nossa disciplina financeira e na alocação de capital possibilitou a proposta de distribuição de dividendos no valor de R$ 1,3 bilhão, adicionado ao montante de R$ 2,0 bilhões com o programa de recompra de ações realizadas em 2023.

Ao mesmo tempo, temos avançado na construção da Eletrobras do futuro. Os pilares da nossa visão são três: cultura e segurança, clientes e uma atuação empresarial responsável. Esses são os valores sobre os quais a Eletrobras construirá uma empresa perene, resiliente, engajada e capaz de entregar valor para a sociedade e seus acionistas.

O mercado de energia tem passado por constantes mudanças. A comercialização de energia no ambiente de mercado livre ganhou tração e será acelerada em 2024. Somente nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 3.900 consumidores migraram para essa modalidade. Estamos construindo uma Companhia voltada para o atendimento do cliente. Nesse contexto é fundamental que sejamos uma empresa orientada ao mercado, que desenvolve soluções adaptadas as suas demandas e alinha seus processos para expandir constantemente a sua base.

Avançamos na estruturação da área de comercialização de energia, que agora atua no mercado de forma integrada e coordenada pela *holding*. A Eletrobras possui um ciclo de comercialização anual com base em metas e diretrizes de aprovação da estratégia, nível de contratação dos ativos, decisões orçamentárias e de planejamento. Chegamos a uma base de cerca de 400 clientes no mercado livre, desse total, cerca de 270 representam consumidores finais, um avanço de 484% quando comparado aos 46 consumidores finais de 2022 Num cenário de melhora dos preços de energia, como o que se desenha atualmente, o impacto dessas iniciativas deve ser ainda mais visível nos resultados da Companhia.

Estamos comprometidos em promover a transformação cultural da Eletrobras. Ao longo de 2024, a atração de novos talentos, a valorização daqueles que estão conosco e a garantia que temos um time engajado, aliado à melhoria constante dos indicadores de segurança serão as prioridades na pauta de pessoas.

A responsabilidade em cuidar do planeta segue como foco das ações ESG. Em 2023, a Eletrobras continuou tendo suas práticas reconhecidas – permanecemos no S*&P Global Sustainability Yearbook* 2024 pelo 4º ano consecutivo, estamos no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 e avançamos para a categoria de *Leadership* nas dimensões de *Climate Change* e *Water Security* do CDP. Mas o compromisso é incorporar a visão ESG na tomada de decisões de negócio. Isso já se materializa, por exemplo, com o fortalecimento das relações com comunidades e povos indígenas.

Destaque para aprovação pelo Conselho de Administração das diretrizes estratégicas para o hidrogênio verde com foco em suprir a demanda elétrica da cadeia produtiva com energia limpa e renovável. Buscaremos estabelecer parcerias com o objetivo de aumentar a competitividade de projetos de produção de hidrogênio verde de tal forma que possamos oferecer soluções para parceiros que queiram migrar para uma matriz energética limpa. Esta estratégia nos permitirá, inclusive, aumentar o nível de eletrificação, gerando novas fontes de demanda.

Estamos preparados e animados com os desafios na jornada para criação de valor sustentável para a Eletrobras. Há muito a fazer, mas percebemos com satisfação, que todos os dias, a Eletrobras avança de forma consistente com a visão que hoje une seu Conselho de Administração e corpo executivo.

Agradecemos o apoio, dedicação e esforço dos nossos colaboradores que seguem firmes na construção da nova Eletrobras. Seguimos comprometidos em ser uma empresa segura que maximiza o retorno do capital empregado, persegue maior eficiência, maior retorno para seus acionistas, clientes e profissionais e impacta positivamente a sociedade e o planeta.

Vicente Falconi
Presidente do Conselho de Administração Eletrobras

Ivan Monteiro
Presidente da Eletrobras

2. DESEMPENHO FINANCEIRO

O ano de 2023 foi marcado por grandes transformações que culminaram em um excelente desempenho econômico-financeiro, mesmo em um cenário desafiador de preços de energia. O reflexo se refletiu no aumento do EBITDA de 77% e lucro líquido de 258%, que totalizaram R$ 7.690 milhões e R$ 5.897 milhões, respectivamente.

Tabela 1: RESULTADO CONSOLIDADO (R$ MILHÕES)

	2023	2022	Variação (%)
Receita Operacional Líquida	15.067	12.438	21,14%
Custos e Despesas Operacionais	(9.924)	(8.351)	18,84%
Ebitda	7.690	4.334	77,41%
Resultado Financeiro	(3.272)	(1.720)	90,23%
Lucro Líquido	5.897	1.646	258,15%

2.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)

A melhoria no desempenho dos segmentos de Geração e Transmissão fizeram com que a receita operacional líquida de 2023 atingisse R$ 15.067 milhões, cerca de 21% superior aos R$ 12.438 milhões de 2022.

A receita operacional do segmento de Geração, foi positivamente impactada pelos efeitos da consolidação da Madeira Energia S.A. – MESA de R$ 4.363 milhões, alcançando o valor de R$ 10.913 milhões, ante R$ 8.591 milhões em 2022.

O segmento de Transmissão apresentou um incremento de 12% impactado principalmente pelo aumento das receitas de Operação e Manutenção e de Construção, decorrente do volume de investimentos realizados.

Tabela 2: RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R$ MILHÕES)

	2023	2022	Variação (%)
Geração			
Suprimento	7.781	5.072	53,42%
Fornecimento	1.462	1.404	4,10%
CCEE	308	486	-36,57%
Receita de Operação e Manutenção	1.362	1.622	-16,00%
Receita de Construção	–	7	100,00%
	10.913	**8.591**	**27,03%**
Transmissão			
Receita de Operação e Manutenção	2.492	2.206	12,99%
Receita de Construção	1.250	480	160,27%
Receita Financeira Contratual	2.932	3.253	-9,87%
	6.673	**5.938**	**12,38%**
Outras receitas	43	18	144,54%
(–) Deduções à Receita operacional			
(–) ICMS	(185)	(193)	-4,55%
(–) PIS e COFINS	(1.653)	(1.268)	30,40%
(–) ISS	(0,5)	(1)	-51,58%
(–) Encargos Setoriais	(724)	(646)	12,04%
	(2.562)	**(2.109)**	**21,53%**
Receita operacional líquida	**15.067**	**12.438**	**21,13%**

2.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

O aumento dos custos e despesas operacionais em 2023 frente ao exercício anterior se deveu, principalmente, ao acréscimo dos valores com encargos de uso da rede (R$ 443 milhões), devido principalmente à consolidação da Madeira Energia S.A. - MESA e do aumento do custo de construção (R$ 906 milhões).

Tabela 3: CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS (R$ MILHÕES)

	2023	2022	Variação (%)
Energia comprada para revenda	(2.108)	(2.198)	4,07%
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.621)	(1.178)	37,63%
Combustível para produção de energia elétrica	(285)	(611)	-53,37%
Construção	(1.226)	(320)	292,54%
Depreciação e amortização	(1.465)	(927)	57,92%
Reversões e (Provisões) operacionais	(929)	(307)	203,04%
Total	**(7.634)**	**(5.541)**	**37,78%**

2.3 EBITDA

Como reflexo dos impactos anteriormente descritos, houve um aumento de 44% do EBITDA Consolidado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 2023 que atingiu R$ 7.690 milhões, ante R$ 4.334 milhões em 2022.

Tabela 4: EBITDA (R$ MILHÕES)

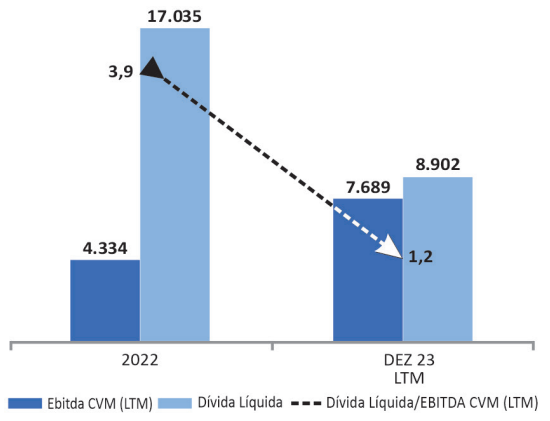
	2023	2022	Variação (%)
Resultado do Exercício	5.897	1.647	258,15%
(-) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	2.944	(40)	74,09%
(-) Resultado Financeiro	(3.272)	(1.720)	90,23%
(-) Amortização e Depreciação	(1.465)	(927)	57,92%
= EBITDA	**7.690**	**4.334**	**77,41%**

2.4 RESULTADO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

O efeito da consolidação do endividamento de MESA ocasionou uma piora no resultado financeiro, porém devemos destacar uma melhora significativa no indicador Dívida Líquida/EBITDA. A melhora ocorreu com a redução do endividamento e na melhora do EBITDA.

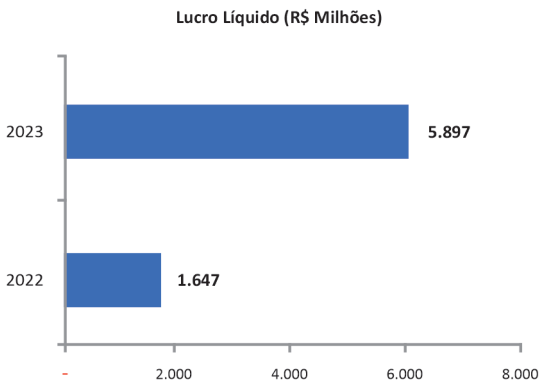
Devemos destacar o trabalho de reeestruturação financeira da MESA junto aos credores como principal destaque.

De 2022 para 2023, a Dívida Líquida reduziu de R$ 17.035 milhões para R$ 8.902 milhões, e o indicador Dívida Líquida/EBITDA passou de 3,9x para 1,2x.



2.5 LUCRO LÍQUIDO

A Eletrobras Furnas apresentou lucro líquido de R$ 5.897 milhões em 2023, ante R$ 1.647 milhões em 2022, representando um aumento de R$ 4.250 milhões.



3. BALANÇO SOCIAL 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R$ mil)

Geração e distribuição de riqueza		**Em 2023**		
Distribuição do Valor Adicionado		% governo	-7%	
A Demonstração do Valor Adicionado – DVA está apresentado, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis		% acionistas	50%	
		% empregados	9%	
		% financiadores	42%	
		% outros	6%	
I - RECURSOS HUMANOS				
1.1 Remuneração		**Em 2023**		
Folha de Pagamento Bruta (FPB - valor total da folha + encargos)	R$			1.121.415
- Empregados				1.109.188
- Administradores	R$			12.227
1.2 Benefício Concedido		**Valor (R$ mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Encargos Sociais	R$	231.398	20,63%	1,54%
Alimentação	R$	57.369	5,12%	0,38%
Transporte	R$	69	0,01%	0,00%
Previdência privada	R$	91.496	8,20%	0,61%
Saúde	R$	183.821	16,39%	1,22%
Segurança e medicina do trabalho	R$	5.674	0,51%	0,04%
Educação ou auxílio creche	R$	15.854	1,41%	0,11%
Cultura	R$	754	0,07%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$	12.494	1,11%	0,08%
Participação nos lucros ou resultados	R$	76.184	6,79%	0.51%
Outros	R$	156.311	13,94%	1,04%
Total	**R$**	**831.874**	**74,18%**	**5,52%**
1.3 Composição do Corpo Funcional				
Nº de empregados no final do exercício				2.270
Nº de admissões				156
Nº de demissões				500
Nº de estagiários no final do exercício				92
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício				181(*)
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício				2.688
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino				1.872
- Feminino				398
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos				–
- De 18 a 35 anos				163
- De 36 a 60 anos				2.026
- Acima de 60 anos				81
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos				–
- Com ensino fundamental				23
- Com ensino médio				230
- Com ensino técnico				658
- Com ensino superior				755
- Pós-graduados				604
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino				79%
- Feminino				21%
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas				
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade				702
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes				
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes				
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça				R$ 89.284
II - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO		**Valor (R$ mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
2.1 - Relacionamento com a Comunidade				
Totais dos investimentos em:				
Educação	R$	17.888	0,61%	0,12%
Cultura	R$	1.092	0.04%	0,01%
Saúde e infraestrutura	R$	395	0,01%	0,00%
Esporte e lazer	R$	3.323	0,11%	0,02%
Alimentação	R$	3.117	0.11%	0.02%
Geração de trabalho e renda	R$	148	0,01%	0,00%
Outros	R$	4.863	0,16%	0,03%
Total dos Investimentos	**R$**	**30.826**	**1,04%**	**0,20%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$	1.394.892	47,23%	9,26%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$	203.794	6,90%	1,35%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**R$**	**1.629.512**	**55,18%**	**10,82%**
2.2 - Interação com os Fornecedores				
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus Fornecedores:				
III - INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE		**Valor (R$ mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade		6	0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$	59.321	0,02%	0,40%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$	71.327	2,42%	0,47%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$		0,00%	0,00%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$	935	0,03%	0,01%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$	4.652	0,16%	0,03%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$		0,00%	0,00%
Passivos e contingências ambientais	R$	80.814	2,74%	0,54%
Total da Interação com o meio ambiente	**R$**	**217.249**	**7,36%**	**1,44%**
IV - OUTRAS INFORMAÇÕES				
Receita Operacional Líquida (ROL)				15.066.795
Resultado Operacional antes do IR/CS (LAIR)				2.953.139-

(*) Refere-se à soma de 21 empregados efetivos e 160 profissionais vinculados ao contrato firmado com o (IBAP).

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
A T I V O	**NOTA**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	4.457.297	3.766.459	5.141.038	4.764.303
Caixa restrito	6	197.628	180.551	197.628	180.551
Títulos e valores mobiliários	7	2.629.221	6.538.334	2.629.221	6.538.334
Clientes	8	1.624.735	1.304.052	2.211.929	1.771.246
Remuneração das participações societárias	10	265.785	117.409	163.929	117.409
Ativo Contratual de Transmissão	9	5.049.428	4.145.344	5.137.477	4.145.344
Impostos e Contribuições	12	81.675	–	88.020	5.148
Imposto de renda e contribuição social	11	1.272.961	566.715	1.297.156	592.381
Cauções e depósitos vinculados	26	–	–	125.181	137.708
Outros		166.384	323.144	383.651	576.979
		15.745.114	**16.942.008**	**17.375.230**	**18.829.403**
Ativos mantidos para venda		530.000	–	530.000	–
NÃO CIRCULANTE					
Caixa restrito	6	1.245.994	902.780	1.293.807	902.780
Clientes	8	205.753	238.051	205.753	238.051
Cauções e depósitos vinculados	26	1.228.976	1.080.726	1.461.847	1.131.005
Ativo Contratual de Transmissão	9	19.073.233	20.618.273	20.035.107	20.618.273
Impostos e Contribuições	12	–	–	12.869	12.125
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	–	–	4.531.856	2.077.784
Outros		145.149	135.447	173.166	209.087
		21.899.105	**22.975.277**	**27.714.405**	**25.189.105**
Investimentos	13	23.750.232	5.867.941	5.031.317	5.076.612
Imobilizado	14	5.559.155	6.533.501	23.968.557	24.725.671
Intangível	15	20.908.340	21.220.758	23.171.245	22.525.941
		72.116.832	56.597.477	79.885.524	77.517.329
TOTAL DO ATIVO		**88.391.946**	**73.539.485**	**97.790.754**	**96.346.732**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**NOTA**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
CIRCULANTE					
Fornecedores	17	872.553	851.363	1.133.000	1.068.576
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.930.496	1.427.306	2.699.516	2.617.176
Imposto de renda e contribuição social	11	–	–	29.675	–
Impostos e Contribuições	12	178.512	243.642	248.605	296.767
Remuneração aos acionistas	19	673.158	742.797	708.947	742.797
Concessões a pagar	25	2.079	1.980	32.420	29.943
Provisões para litígios	26	–	–	297.958	62.450
Obrigações com pessoal	21	371.125	487.257	395.822	511.151
Encargos setoriais	22	95.324	117.584	173.850	186.837
Benefício aos empregados	24	1.080	36.815	1.080	36.815
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	27	598.781	405.668	598.781	405.668
Outros	23	49.031	25.734	309.234	324.068
		4.772.139	**4.340.146**	**6.628.888**	**6.282.248**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	8.160.955	6.557.188	14.170.434	25.900.525
Impostos de Renda e Contribuição Social	11	3.342.293	4.040.376	3.812.227	4.242.878
Impostos e Contribuições	12	127.434	144.934	157.097	202.010
Concessões a pagar	25	37.404	37.439	345.653	327.256
Provisões para litígios	26	2.672.314	2.491.221	2.869.748	2.706.968
Benefício aos empregados	24	117.406	127.291	119.841	127.291
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	27	10.600.735	9.966.484	10.600.735	9.966.484
Contratos Onerosos		48.531	–	48.531	–
Encargos setoriais	22	141.503	196.963	167.252	221.777
Outros	23	361.334	387.664	764.134	885.933
		25.609.909	**23.949.560**	**33.055.652**	**44.581.122**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28				
Capital social		35.344.145	15.439.373	35.344.145	15.439.373
Reservas de capital		5.053.045	5.053.045	5.053.045	5.053.045
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	20	–	8.400.000	–	8.400.000
Reservas de lucros		19.778.277	18.054.370	19.778.277	18.054.370
Dividendos adicionais propostos		–	299.121	–	299.121
Outros resultados abrangentes		(2.037.555)	(1.996.130)	(2.037.555)	(1.996.130)
Ações em tesouraria		(128.014)	–	(128.014)	–
		58.009.898	**45.249.779**	**58.009.898**	**45.249.779**
Participação dos acionistas não controladores		–	–	96.316	233.583
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**58.009.898**	**45.249.779**	**58.106.214**	**45.483.362**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**88.391.946**	**73.539.485**	**97.790.754**	**96.346.732**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Receita Operacional Líquida	29	10.854.135	10.270.771	15.066.795	12.438.188
Custos Operacionais	30	(5.494.238)	(5.019.281)	(8.064.290)	(6.521.383)
RESULTADO BRUTO		**5.359.897**	**5.251.490**	**7.002.505**	**5.916.805**
Despesas Operacionais	30	(1.791.461)	(1.798.127)	(1.859.334)	(1.829.307)
Remensuração regulatórias - Contratos de transmissão		–	19.874	–	19.874
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**3.568.436**	**3.473.237**	**5.143.171**	**4.107.372**
Resultado Financeiro	31	(1.003.836)	(989.796)	(3.271.743)	(1.719.913)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**2.564.600**	**2.483.441**	**1.871.428**	**2.387.459**
Resultado das participações societárias	13	2.664.186	556.907	745.049	638.397
Outras receitas e despesas	30	333.453	(1.338.982)	336.662	(1.338.982)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**5.562.239**	**1.701.366**	**2.953.139**	**1.686.874**
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(199.499)	(137.427)	(210.393)	(138.593)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	692.493	94.304	3.154.595	98.309
		492.994	**(43.123)**	**2.944.202**	**(40.284)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**6.055.233**	**1.658.243**	**5.897.341**	**1.646.590**
Parcela atribuída aos controladores		6.055.233	1.658.243	6.055.233	1.658.243
Parcela atribuída aos acionistas não controladores		–	–	(157.892)	(11.653)
RESULTADO POR AÇÃO		**0,047**	**0,025**	**0,046**	**0,024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Lucro líquido do exercício	6.055.233	1.658.243	5.897.341	1.646.590
Outros componentes do resultado abrangentes:				
Ajuste ganho (perda) atuarial	(16.442)	(2.891)	(16.442)	(2.891)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	5.590	983	5.590	983
Aquisição ações dos minoritários da SPE MESA	(30.573)	–	(30.573)	–
Total do resultado abrangente do exercício	**6.013.808**	**1.656.335**	**5.855.916**	**1.644.682**
Parcela atribuída aos controladores	6.013.808	1.656.335	6.013.808	1.633.029
Parcela atribuída aos não controladores	–	–	(157.892)	11.653
Total do resultado abrangente do exercício	**6.013.808**	**1.656.335**	**5.855.916**	**1.644.682**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos Adicional Proposto	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	**6.531.154**	**–**	**5.053.045**	**17.071.392**	**160.458**	**–**	**(1.994.222)**	**26.821.827**	**209**	**26.822.036**
Reversão de dividendos (Vide nota 29.2)	–	–	–	160.458	(160.458)	–	–	–	–	–
Reserva especial de dividendos não distribuídos (Vide nota 29.2)	–	–	–	337.277	–	–	–	337.277	–	337.277
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	–	17.308.219	–	–	–	–	–	17.308.219	–	17.308.219
Integralização de capital (Vide nota 29.3)	8.908.219	(8.908.219)	–	–	–	–	–	–	–	–
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(2.891)	(2.891)	–	(2.891)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	–	983	983	–	983
Ajuste de participação junto à não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	245.027	245.027
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	–	1.658.243	–	1.658.243	(11.653)	1.646.590
Constituição de reservas (Vide nota 29.2)	–	–	–	784.364	–	(784.364)	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	–	–	–	–	–	(393.833)	–	(393.833)	–	(393.833)
Dividendo Adicional Proposto (Vide nota 29.2)	–	–	–	(299.121)	299.121	(480.046)	–	(480.046)	–	(480.046)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**15.439.373**	**8.400.000**	**5.053.045**	**18.054.370**	**299.121**	**–**	**(1.996.130)**	**45.249.779**	**233.583**	**45.483.362**

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Dividendos Adicional Proposto	Lucro Acumulado	Outros Resultados Abrangentes	Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido Controladores	Patrimônio Líquido Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	**15.439.373**	**8.400.000**	**5.053.045**	**18.054.370**	**299.121**	**–**	**(1.996.130)**	**–**	**45.249.779**	**233.583**	**45.483.362**
Integralização de capital	11.504.772	–	–	–	–	–	–	–	11.504.772	–	11.504.772
Aumento de capital AFAC	8.400.000	(8.400.000)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Variações em participações em controladas	–	–	–	–	–	–	(30.573)	–	(30.573)	–	(30.573)
Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(16.442)	–	(16.442)	–	(16.442)
IRPJ e CSLL diferidos sobre resultado atuarial	–	–	–	–	–	–	5.590	–	5.590	–	5.590
Ajuste PL participação - Controladas						(39.325)			(39.325)	–	(39.325)
Lucro Líquido do Período	–	–	–	–	–	6.055.233	–	–	6.055.233	(157.892)	5.897.341
Constituição de reservas (Vide nota 28.2)	–	–	–	4.252.407	–	(4.252.407)	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios e Juros s/ Capital Próprio	–	–	–	(2.528.500)	–	(1.763.501)	–	–	(4.292.001)	–	(4.292.001)
Ações em tesouraria adquiridas	–	–	–	–	–	–	–	(128.014)	(128.014)	–	(128.014)
Ajuste de participação junto à não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	–	20.625	20.625
Dividendos Aprovados	–	–	–	–	(299.121)	–	–	–	(299.121)	–	(299.121)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	**35.344.145**	**–**	**5.053.045**	**19.778.277**	**–**	**–**	**(2.037.555)**	**(128.014)**	**58.009.898**	**96.316**	**58.106.214**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**5.562.239**	**1.701.366**	**2.953.139**	**1.686.874**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	609.024	432.030	1.464.557	927.427
Variações cambiais e monetárias líquidas	386.222	(87.777)	475.288	(149.831)
Encargos financeiros	350.722	1.077.573	2.371.940	1.869.744
Resultado da equivalência patrimonial	(2.664.186)	(556.907)	(745.049)	(638.397)
Receitas do ativo contratual - transmissão	(6.673.215)	(5.964.018)	(6.673.215)	(5.938.201)
Receita de construção - geração	–	(7.324)	–	(7.324)
Custo de construção - transmissão	1.225.582	312.221	1.225.582	312.222
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	(19.874)	–	(19.874)
Baixa de ativo financeiro	–	1.067.028	–	1.067.028
Baixa de ativo imobilizado	541.218	283.632	571.275	284.858
Provisões (reversões) operacionais	893.822	247.863	852.949	306.606
Baixa de intangível	–	–	–	12.756
Baixa de investimentos	–	282	–	282
Resultado atuarial - benefícios pós-emprego	–	(46.567)	–	(46.567)
Participação de acionistas não controladores	–	–	–	11.653
Outros	(198.927)	(46.285)	(202.136)	(21.876)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais	32.501	(1.560.472)	2.294.330	(320.744)
Clientes	(339.003)	(122.536)	(408.385)	(138.994)
Tributos a recuperar	80.519	(52.397)	(83.616)	(68.147)
Outros ativos	(368.649)	(125.026)	(614.436)	(345.354)
	(627.133)	(299.959)	(1.106.437)	(552.495)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores	14.056	264.690	64.424	358.659
Tributos a recolher	(118.401)	(97.522)	(93.075)	(126.928)
Obrigações com pessoal	(135.257)	78.811	(120.026)	90.690
Provisão para litígios	(370.352)	–	(390.138)	–
Obrigações de ressarcimento	–	–	–	–
Encargos setoriais	–	–	(67.512)	17.629
Adiantamentos	–	–	(64.270)	–
Credores diversos	–	–	–	(5.843)
Outros	(763)	25.580	(131.782)	(943.283)
	(610.717)	271.559	(670.597)	(620.862)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa proveniente das atividades operacionais				
Pagamento de encargos financeiros	(919.006)	(765.207)	(2.384.958)	(1.284.502)
Recebimento da RAP e indenizações	7.314.171	5.719.527	7.314.171	5.688.876
Recebimento de encargos financeiros	19.919	23.887	19.919	23.887
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	519.062	682.859	519.339	682.859
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.647.999)	(508.883)	(1.647.999)	(508.883)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	(32.374)	(28.818)	(32.374)	(28.818)
Pagamento de previdência complementar	(95.694)	(96.813)	(95.694)	(96.813)
Pagamento à entidade de previdência complementar - dívida (FRG)	–	(15.979)	–	(15.979)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**3.952.730**	**3.421.701**	**4.209.700**	**2.966.526**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos e debentures obtidas	3.514.604	2.500.000	3.514.604	2.500.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debentures - principal	(1.548.330)	(1.546.596)	(4.375.735)	(1.796.604)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(4.016.961)	(599.151)	(4.016.961)	(599.151)
Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital	–	(71.562)	–	(71.562)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	–	8.400.000	–	8.400.000
Recebimento pela integralização de capital	–	8.030.659	–	8.030.659
Pagamento aos acionistas dissidentes - incorporação de ações	(128.014)	–	(128.014)	–
Pagamento de arrendamentos - principal	(24.264)	(27.592)	(24.264)	(30.063)
Pagamento das obrigações da Lei 14.182/2021	(391.302)	(10.239)	(391.302)	(10.239)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	**(2.594.267)**	**16.675.519**	**(5.421.672)**	**16.423.040**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Recebimento de empréstimos e financiamentos	42.086	40.201	42.086	40.201
Aquisição de ativo imobilizado	(471.258)	(368.630)	(717.666)	(397.041)
Alienação de imobilizado	–	–	–	–
Aquisição de ativo intangível	(20.352)	(9.570.045)	(67.292)	(9.594.457)
Infraestrutura da transmissão - ativo contratual	(1.225.582)	(312.221)	(1.225.582)	(312.222)
Aplicações financeiras (TVM)	4.996.057	(4.538.950)	4.996.057	(4.538.950)
Caixa restrito	(236.463)	(5.555)	(236.463)	(698)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(3.743.954)	(1.605.719)	(1.427.132)	(23.854)
Caixa líquido na combinação de negócios	–	–	245.244	180.191
Outros investimentos	(8.159)	15.754	(20.545)	(95.233)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	**(667.625)**	**(16.345.165)**	**1.588.707**	**(14.742.063)**
Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa	**690.838**	**3.752.055**	**376.735**	**4.647.503**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.766.459	14.404	4.764.303	116.800
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.457.297	3.766.459	5.141.038	4.764.303
	690.838	**3.752.055**	**376.735**	**4.647.503**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	11.484.014	11.585.217	16.336.685	14.061.576
Receita de construção	1.249.585	487.436	1.249.585	487.436
Outras receitas e despesas operacionais	372.839	(447.622)	379.677	(352.192)
PECLD - Consumidores e Revendedores	(12.680)	(85.625)	(12.680)	(85.625)
Efeito da Lei 14.182/2021	–	(1.338.982)	–	(1.338.982)
	13.093.758	10.200.424	17.953.267	12.772.213
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(749.003)	(795.847)	(1.021.514)	(955.181)
Energia comprada para revenda	(1.359.138)	(1.695.429)	(2.108.014)	(2.197.557)
Encargos de uso da rede elétrica	(938.946)	(836.995)	(1.620.856)	(1.177.689)
Custos de construção	(1.225.582)	(319.545)	(1.225.582)	(319.545)
Combustível para produção de energia elétrica	(284.941)	(611.060)	(284.941)	(611.060)
Perda / Recuperação de valores ativos	(881.142)	(209.566)	(840.269)	(268.309)
	(5.438.752)	(4.468.442)	(7.101.176)	(5.529.341)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**7.655.006**	**5.731.982**	**10.852.091**	**7.242.872**
RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(609.024)	(432.030)	(1.464.557)	(927.427)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**7.045.982**	**5.299.952**	**9.387.534**	**6.315.445**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	2.664.186	556.907	745.049	638.397
Receitas financeiras	1.609.772	604.119	1.704.139	719.926
	4.273.958	1.161.026	2.449.188	1.358.323

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**11.319.940**	**6.460.978**	**11.836.722**	**7.673.768**
PESSOAL				
Remuneração direta	725.922	888.877	803.825	948.307
Benefícios	102.729	107.238	122.733	117.245
FGTS	54.941	82.269	60.331	85.275
Outros	134.526	254.042	134.526	254.042
	1.018.118	1.332.426	1.121.415	1.404.869
TRIBUTOS				
Federal	946.559	1.099.685	(1.019.496)	1.341.421
Estadual	151.759	190.038	184.507	195.454
Municipal	11.203	11.389	11.203	11.804
	1.109.521	1.301.112	(823.786)	1.548.679
ENCARGOS SETORIAIS	577.028	584.270	724.334	646.478
TERCEIROS				
Juros	2.539.960	1.566.693	4.896.658	2.407.310
Aluguéis	20.080	18.234	20.760	19.842
	2.560.040	1.584.927	4.917.418	2.427.152
ACIONISTAS				
Participações de acionistas não controladores	–	–	(157.892)	(11.653)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.763.501	873.879	1.763.501	873.879
Lucros retidos	4.291.732	784.364	4.291.732	784.364
	6.055.233	1.658.243	5.897.341	1.646.590
	11.319.940	**6.460.978**	**11.836.722**	**7.673.768**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

FURNAS - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), denominada ELETROBRAS FURNAS, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras" ou "Controladora"), com sede à Av. Graça Aranha, 26, Centro, Rio de Janeiro.

Furnas e suas controladas atuam nas atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica na região abrangida pelo Distrito Federal e pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Tocantins, Rondônia, Ceará e Bahia. A comercialização de energia é exercida com empresas distribuidoras de energia, comercializadores e consumidores livres de todo o território nacional. A Empresa detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, conforme demonstrada na nota explicativa 3 - Concessões e Autorizações, nos segmentos de geração e transmissão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 13 de março de 2024.

1.1 Jornada Ambiental, Social e Governança (EESG - Economic, Environmental, Social and Governance)

Ao longo do exercício findo em 2023, a Eletrobras estabeleceu o compromisso de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2030 (NetZero), por meio do desinvestimento em usinas térmicas, redução de emissões de escopo 2 com certificados de energia renovável e compensações com créditos de carbono provenientes de ações de reflorestamento. Como resultado desse compromisso, foi iniciada a venda do portfólio de térmicas a gás.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS EM 2023

2.1 Reestruturações societárias

2.1.1 Aquisição das empresas Baguari

Em outubro de 2023, Furnas passou a consolidar 100% do capital social de Baguari I Geração de Energia S.A. (Baguari I) e Baguari Energia S.A. (Baguari Energia), que juntas compõem o Consórcio Baguari. Maiores informações, vide nota 13.

2.1.2 Aquisição UHE Retiro Baixo

Em novembro de 2023, foi concluída a aquisição de 100% de participação na UHE Retiro Baixo (RBE). Maiores informações, vide nota 13.

2.1.3 Aquisição de Transmissoras

Em dezembro de 2023, foi concluída a aquisição das participações de 51% do FIP Milão nas SPEs Vale do São Bartolomeu S.A. (VSB) e Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT), passando a participação de Furnas para 90% e 100%, respectivamente. Maiores informações, vide nota 13.

2.2 Leilão de Transmissão

Em junho de 2023, a empresa arrematou o lote 4 do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com investimento estimado de R$786.600. Este lote é composto pela Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 6 - Presidente Juscelino, com 303 km, em Minas Gerais.

Lote	Características	Localização	RAP máxima	RAP arrematada	Deságio	Capex ANEEL	Prazo ANEEL	Prazo de Concessão
4	Lote 500 kV Janaúba 6 Presidente Juscelino - 303 KM	MG	126,65	68,70	45,75%	786.62	60 meses	30 anos

2.3 Plano de Demissão Voluntária

No exercício findo em dezembro de 2023, a Empresa reconheceu uma despesa no valor de R$135 milhões, representando a adesão de 418 empregados ao plano de demissão voluntária. Vide nota 30.

2.4 Emissão de notas comerciais

Em setembro de 2023, ocorreu o encerramento da oferta referente à 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em 5 séries, no valor total de R$3.500.000. Maiores informações, vide nota 18.

2.5 Deliberação de Juros sobre o Capital Próprio

Em 28 de setembro 2023, a assembleia geral extraordinária aprovou a distribuição de Juros sobre o Capital próprio, no montante bruto de R$ 3.500.000, sendo R$ 971.501 distribuídos sobre o lucro apurado até junho e o R$ 2.528.499 sobre as reservas de lucros. O pagamento foi realizado em outubro de 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta de antecipação da distribuição de JCP no valor de R$ 792.000 (R$ 673.158 líquido de IRRF à alíquota de 15%) com base no lucro registrado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2023. O pagamento foi realizado em janeiro de 2024.

2.6 Reestruturação Dívida Santo Antônio Energia (SAESA) e Aumento de Capital

Em novembro de 2023, foi concluída a reestruturação das dívidas da controlada indireta Santo Antônio Energia S/A e aumento de capital. Maiores informações, vide nota 13.

2.7 Aumento de Capital Social Furnas

Em novembro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Empresa, no valor de R$ 19.904.772, mediante a emissão de 38.828.150.625 (trinta e oito bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo integralizado com o AFAC realizado em dezembro de 2022 no valor de R$ 8.400.000 e mediante créditos detidos contra a Santo Antônio Energia S.A..

2.8 Incorporação de Furnas pela Eletrobras

Em agosto de 2023, a Eletrobras divulgou fato relevante sobre o inicio dos estudos para avaliar a possibilidade de integração das operações entre a Eletrobras e sua subsidiária integral Furnas. Conforme divulgado na nota 37.1, em de janeiro de 2024, a Controladora aprovou em AGE a incorporação de Furnas.

3. CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA

Furnas detém, diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão ou participações em SPEs que também atuam nestes mesmos segmentos.

3.1 Concessões e Autorizações de Geração

Contrato	Usinas	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
	Usinas Hidrelétricas (UHE)			
003/2022	Itumbiara	2.082	GO/MG	2052
003/2022	Marimbondo	1.440	MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	GO	2046
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
003/2022	Luiz Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP	2052
003/2022	Mascarenhas de Moraes	476	MG	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
003/2006	Simplício/Anta	334	MG/RJ	2043
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2022	Funil	216	RJ	2052
010/2000	Manso	210	MT	2037
002/2006	Batalha	52,5	GO/MG	2043
	Usinas Termelétricas (UTE)			
004-2004	Campos (Roberto Silveira)[1]	30	RJ	2027
	Santa Cruz[2]	500	RJ	2035

(*) Não examinado pelos auditores independentes;
[1] A UTE Roberto Silveira (Campos - RJ) encontra-se fora de operação comercial, conforme consta no Despacho ANEEL 708/2019. Potência instalada de 30,00 MW conforme Contrato de Concessão 004/2022; e
[2] A potência da UTE Santa Cruz é de 500 MW, operando em Ciclo Combinado (2 Unidade a Gás de 175 MW cada e 01 Unidade a Vapor de 150 MW). A garantia física de 401,2 MW é relativa à potência instalada de 500 MW.

Ainda no segmento de geração de energia, Furnas participa em (SPEs) detentoras de empreendimentos de geração, cujo detalhamento apresentamos a seguir:

Contrato	Empreendimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Localização	Término da Concessão
	Hidrelétricas em Operação			
001/2008-MME	Santo Antônio	3.568	RO	2047
002/2011-MME	Teles Pires	1.820	PA/MT	2047
128/2001-ANEEL	Foz do Chapecó	855	SC	2036
002/2014-MME	São Manoel	736	MT	2049
130/2001-ANEEL	Peixe Angical	499	TO	2042
129/2001-ANEEL	Serra do Facão	213	GO	2036
001/2006-MME	Baguari	140	MG	2046
007/2006-MME	Retiro Baixo	82	MG	2041
	Hidrelétricas em Operação - Regime de Cotas			
003/2014-MME	Três Irmãos	808	SP	2044
	Empreendimento Eólico em Operação			
Portaria MME nº 459/2012	Fortim - Nossa Senhora de Fátima	30	CE	2047
Portaria MME nº 458/2012	Fortim - Jandaia	27	CE	2047
Portaria MME nº 409/2012	Fortim - Jandaia I	24	CE	2047
Portaria MME nº446/2012	Fortim - São Clemente	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	Fortim - São Januário	21	CE	2047

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

3.2 Transmissão de Energia Elétrica

Os contratos de concessão de transmissão encontram-se discriminados a seguir:

Contrato	Transmissoras	UF	Início da Concessão	Prazo da Concessão
034/2001	Expansão da Interligação Sul-Sudeste	PR, SP	09.05.2001	30 anos
062/2001	Diversos empreendimentos prorrogados no contexto da Lei nº 2.783/2013	RJ, SP, PR, MG, GO, TO, DF,ES, MT	01.01.2013	30 anos
006/2005	LT Macaé-Campos C3	RJ	04.03.2005	30 anos
007/2006	LT Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste 345 kV	SP	27.04.2006	30 anos
003/2009	LT Bom Despacho 3-Ouro Preto 2 500 kV	MG	28.01.2009	30 anos
016/2012	SE Zona Oeste 500/138 kV - 1.200 MVA	RJ	10.05.2012	30 anos
014/2011	LT Xavantes-Pirineus 230 kV CS	GO	09.12.2011	30 anos
006/2010	LT Mascarenhas-Linhares 230 kV CS; SE Linhares - 230/138 kV - 150 MVA	ES	12.07.2010	30 anos

3.2.1 Sistema Itaipu

Entre os empreendimentos construídos e operados por Furnas, destaca-se o sistema de transmissão de Itaipu, integrado por três troncos de transmissão em corrente alternada (750 kV)* e duas linhas em corrente contínua (± 600 kV)*. Os troncos de transmissão em corrente alternada são compostos por nove linhas de transmissão que ligam Foz do Iguaçu - PR, Ivaiporã - PR, Itaberá - SP e Tijuco Preto - SP. Já as linhas de corrente contínua interligam diretamente Foz do Iguaçu a Ibiúna. A distância cruzada por esses sistemas, entre os Estados do Paraná e São Paulo, é de aproximadamente 900 km*.

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

3.2.2 Empreendimentos de transmissão e geração em regime de SPE

Investida	Participação (%)	KM (*)	Capacidade de Transformação em operação / reserva (MVA)	Data da Concessão ou Outorga	Prazo da Concessão ou Outorga
Interligação Elétrica do Madeira	24,50	4.859	7.440 / 1.240	26.02.2009	30 anos
Belo Monte Transmissora de Energia	24,50	4.264	9.412,80 / 1.568,8	16.06.2014	30 anos
Paranaíba Transmissora de Energia	24,50	953	–	02.05.2013	30 anos
Mata de Santa Genebra Transmissão	49,90	886	3.600 / 400	14.05.2014	30 anos
Transenergia Renovável	49,00	708	975 / –	23.04.2009	30 anos + 399 dias
Goiás Transmissão	49,00	479	1.600 / 133,33	12.07.2010	30 anos
Triângulo Mineiro Transmissora	100,00	298	–	14.08.2013	30 anos
MGE Transmissão	49,00	270	1.800 / 300	12.07.2010	30 anos
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia	90,00	163	1.080 / 180	09.10.2013	30 anos
Madeira Energia	99,67	95	4.130 / 1.570	13.06.2008	35 anos + 1.587 dias
Lago Azul Transmissão	49,90	69	–	14.05.2014	30 anos
Brasil Ventos Energia - Fortim	100,00	68	140 / –	26.07.2012	35 anos
Serra do Facão Energia	43,03	66	237 / 118,5	07.11.2001	35 anos
Retiro Baixo Energética	100,00	45	100 / –	15.08.2006	35 anos
Empresa de Energia São Manoel	33,33	40	780 / 390	10.04.2014	35 anos
Enerpeixe	40,00	20	525 / 175	07.11.2001	35 anos
Teles Pires Participações	24,50	19	2.025 / –	07.06.2011	35 anos + 235 dias
Chapecoense Geração	40,00	6	–	07.11.2001	35 anos
Consórcio UHE Baguari	100,00	2	–	15.08.2006	35 anos + 1.678 dias
Transenergia São Paulo[1]	49,00	0	1.200 / 133,34	19.11.2009	30 anos
Caldas Novas Transmissão[1]	49,90	0	150 / –	16.06.2011	30 anos
Nova Era Janapu	100,00	303	–	29.09.2023	30 anos

(*) Não examinado pelos auditores independentes;
[1] As SPEs Transenergia São Paulo S.A., e Caldas Novas Transmissão S.A. são subestações, portanto não possuem linha de transmissão associadas.

4. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS®"(IFRS® Accounting Standards), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

4.2 Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Empresa, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

4.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional de Furnas. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

4.4.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

As emissões/alterações abaixo de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado em 2023 não tiveram impactos nas demonstrações contábeis da Companhia:

Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir
IAS 8/CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e Retificação de erro	As emendas introduziram a definição de estimativas contábeis e incluíram outras alterações para a auxiliar as Companhias a distinguiram as mudanças nas estimativas contábeis de mudanças nas políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 (R1) Apresenação das Demonstrações Financeiras	As emendas introduziram a substituição de divulgação das "políticas contábeis signiticaivas" pela divulgação de "políticas contábeis materiais" e a orientação para auxiliar as entidades para aplicação da definição de "material" ao tomar decisões sobre divulgações de politicas contábeis materiais.	01/01/2023
IAS 12/CPC 32	As emendas introduziram o requerimento de reconhecimento de um ativo fiscal diferido e um passivo fiscal diferido quando uma única transação gera diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis no mesmo momento	01/01/2023

4.4.2 Adoção de novas normas e interpretações não vigentes

A Empresa não espera impactos materiais nas suas demonstrações contábeis quanto às aplicações das alterações normativas emitidas abaixo, as quais tem sua adoção aplicável para o exercício iniciado em 2024:

Normas revisadas	Alteração	Aplicável a partir
IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas determinam que um passivo deve ser classificado como circulante se a entidade não puder adiar a liquidação por pelo menos por doze meses após o período de reporte. A classificação é impactada apenas por covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do final do período de reporte, visando proporcionar orientações sobre a classificação de passivos com cláusulas contratuais.	01/01/2024
IFRS 16 / CPC 6 (R2) Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento ("Sale and Leaseback") de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
IAS 7 / CPC 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ("Reverse factoring"), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024

A empresa não adotou antecipadamente nenhuma norma e não são esperados impactos significativos nas demonstrações contábeis para outras normas, alterações e interpretações contábeis emitidas que não estão em vigor ou aplicáveis após o exercício de 2024.

4.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento, inicialmente, pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros sobre o capital próprio (JCP). Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Empresa e é interrompido a partir da data em que a Empresa deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Empresa.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Empresa são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Empresa tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

	31/12/2023 Participação		31/12/2022 Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Madeira Energia S.A. (MESA) **(a)**	99,73%	–	72,36%	–
Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)	–	99,73%	–	72,36%
Brasil Ventos Energia S.A.	100,00%	–	100,00%	–
Complexo Eólico FORTIM	–	100,00%	–	100,00%
Parque Eólico Itaguaçu da Bahia I	–	98,00%	–	98,00%
Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.	–	90,00%	–	90,00%
Complexo Eólico Famosa I	–	49,00%	–	49,00%
Complexo Eólico Baleia	–	49,00%	–	49,00%
Baguari Energia S.A. **(b)**	100,00%	–	–	–
Retiro Baixo Energética S.A. **(b)**	100,00%	–	–	–
Triângulo Mineiro Transmissora S.A. **(b)**	100,00%	–	–	–
Vale do São Francisco Transmissora de Energia S.A. **(b)**	90,00%	–	–	–
Coligadas				
Serra do Facão Energia S.A.	54,01%	–	54,01%	–
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	–	49,90%	–
Lago Azul Transmissão S.A.	49,90%	–	49,90%	–
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	49,90%	–	49,90%	–
Caldas Novas Transmissão S.A.	49,90%	–	49,90%	–
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	–	–	49,00%	–
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	–	49,00%	–
Retiro Baixo Energética S.A.	–	–	49,00%	–
MGE Transmissão S.A.	49,00%	–	49,00%	–
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	–	49,00%	–
Transenergia São Paulo S.A.	49,00%	–	49,00%	–
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	–	40,00%	–
Enerpeixe S.A.	40,00%	–	40,00%	–
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	–	–	39,00%	–
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	–	33,33%	–
Baguari Energia S.A.	–	–	30,61%	–
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	–	24,50%	–
Controladas em conjunto				
Belo Monte Transmissora S.A.	24,50%	–	24,50%	–
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	–	24,50%	–
Teles Pires Participações S.A.	24,72%	–	24,72%	–

(a) Em novembro de 2023, com o objetivo de reestruturar a dívida da SAESA, Furnas fez aporte de capital. Como o aporte não foi acompanhado pelos acionistas minoritários, Furnas passou a deter 99,73% na controlada MESA (vide nota explicativa 13.3); e

(b) Furnas realizou no último trimestre de 2023 aquisições de ações na Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu. Com essas aquisições, Furnas passou a deter os controles nessas SPEs (vide nota explicativa 13.2).

4.6 Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 117/22. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Empresa e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração de Furnas deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Empresa, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Empresa pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos a estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração de Furnas e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Notas	Estimativas e julgamentos significativos
8	Clientes	Avaliação de perda esperada de créditos
9	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço de às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixa
12	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros
13.3	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios
13.2/16	Perdas em investimentos e Valor recuperável dos ativos a longo prazo	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Empresa
24	Benefício aos empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego
26	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas sobre processos judiciais

6. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

6.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras com vencimentos originais de até 90 dias, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos atuais dessa rubrica, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, podem ser conciliados com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Títulos	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2022
Circulante				
Caixa e Bancos	10.833	16.383	42.746	19.429
Aplicações Financeiras **(a)**	4.446.464	3.750.076	5.098.292	4.744.874
	4.457.297	**3.766.459**	**5.141.038**	**4.764.303**

(a) As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Prática Contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras quando possuem vencimento em até 90 dias, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixa.

6.2 Caixa restrito

	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2022
Circulante				
Convênio Itaipu **(a)**	197.628	180.551	197.628	180.551
Outros	–	–	–	–
	197.628	180.551	197.628	180.551
Não circulante				
Seguro garantia	–	5.555	–	5.555
Fundo de energia do Sudeste e Centro-Oeste **(b)**	1.245.994	897.225	1.245.994	897.225
Outros	–	–	47.813	–
	1.245.994	902.780	1.293.807	902.780
	1.443.622	1.083.331	1.491.435	1.083.331

(a) Convênio Itaipu

Em dezembro de 2020, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre Furnas e Itaipu Binacional, cujo objetivo é a cooperação para desenvolvimento conjunto do projeto denominado "Revitalização do Sistema HVDC de Furnas Associado à UHE Itaipu" que consiste na modernização de equipamentos na estação conversora em Foz do Iguaçu. A modernização do sistema de transmissão associado à UHE Itaipu, se encontra no Plano Decenal de Expansão de energia - PDE 2030, aprovado pela Portaria Normativa MME nº 2, de 25 de fevereiro de 2021.

(b) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste - FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

Prática Contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Empresa possa movimentá-los livremente.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Empresa aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA/CONSOLIDADO 31/12/2023	CONTROLADORA/CONSOLIDADO 31/12/2022
Circulante		
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT)	1.284.967	4.055.981
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	69.791	115.051
Operações compromissadas	1.274.423	2.343.208
Título em moeda estrangeira	–	–
Nota do Tesouro Nacional - série F	–	24.056
Nota do Tesouro Nacional - série P	40	38
Total	**2.629.221**	**6.538.334**

A redução do saldo classificado na rubrica de títulos e valores mobiliários reflete a ocorrência de pagamentos efetuados no exercício de 2023. Os principais desembolsos foram (i) amortização das dívidas, (ii) aumento de participação em investidas e (iii) amortização das obrigações da Lei 14.182/21.

Prática Contábil

A rubrica de títulos e valores mobiliários é constituída pelas aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, que nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

8. CLIENTES

	CONTROLADORA 31/12/2023 A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	CONTROLADORA 31/12/2022 Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	511.269	15.399	17.874	–	544.542	427.538
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	34.845	120;045	1.125	–	156.015	160.202
Uso da Rede Elétrica **(a)**	741.399	49.165	44.579	–	835.143	588.293
Consumidores industriais	92.305	92	100	–	92.497	110.936
Créditos renegociados	–	–	–	59.792	59.792	51.894
(–) PECLD	(2.398)	(722)	(49.021)	(11.113)	(63.254)	(34.811)
	1.377.420	183.979	14.657	48.679	1.624.735	1.304.052
Não Circulante						
Parcelamento	–	–	–	745.144	748.144	780.442
Comercialização de energia	–	–	280.138	–	280.138	280.138
Suprimento de energia	–	–	9.548	–	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	–	–	4.348	–	4.348	4.348
(–) PECLD	–	–	(294.034)	(542.391)	(825.425)	(836.425)
	–	–	–	205.753	205.753	238.051
Total Clientes	**1.377.420**	**183.979**	**14.657**	**254.432**	**1.830.488**	**1.542.103**

(a) Em 2023, o contas a receber de uso da rede foi impactado pelo aumento da receita de transmissão que são compostas pela ReH nº 3.067 ANEEL de 12/07/2022 e pela ReH ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023.

	CONSOLIDADO					
	31/12/2023					31/12/2022
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
Circulante						
Suprimento/Fornecimento de Energia	1.098.463	15.399	17.874	–	1.131.736	894.732
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	34.845	120.045	1.125	–	156.015	160.202
Uso da Rede Elétrica **(a)**	741.399	49.165	44.579	–	835.143	588.293
Consumidores industriais	92.305	92	100	–	92.497	110.936
Créditos renegociados	–	–	–	56.792	59.792	51.894
(–) PECLD	(2.398)	(722)	(49.021)	(11.113)	(63.254)	(34.811)
	1.964.614	183.979	14.657	48.679	2.211.929	1.771.246
Não Circulante						
Parcelamento	–	–	–	748.144	748.144	780.442
Comercialização de energia	–	–	280.138	–	280.138	280.138
Suprimento de energia	–	–	9.548	–	9.548	9.548
Uso da rede elétrica	–	–	4.348	–	4.348	4.348
(–) PECLD	–	–	(294.034)	(542.391)	(836.425)	(836.425)
	–	–	–	205.753	205.753	238.051
Total Clientes	**1.964.614**	**183.979**	**14.657**	**254.432**	**2.417.682**	**2.009.297**

(a) Em 2023, o contas a receber de uso da rede foi impactado pelo aumento da receita de transmissão que são compostas pela ReH nº 3.067 ANEEL de 12/07/2022 e pela ReH ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023.

8.1 Suprimento/Fornecimento de Energia

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

8.2 Energia Elétrica de Curto prazo - CCEE

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

8.3 Uso de Rede Elétrica

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

8.4 Provisão para Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	2023	2022
Saldo inicial	(871.236)	(815.820)
(–) Constituição	(29.153)	(69.737)
(+) Reversão	710	14.321
Saldo final em 31 de dezembro	**(899.679)**	**(871.236)**

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui o montante de R$899.679 (R$871.236 em 31 de dezembro de 2022) provisionado, dos quais R$ 542.391 (R$ 542.391 em 31 de dezembro de 2022) se referem à Companhia Energética de Goiás (CELG D), atualmente Enel Distribuição Goiás.

8.5 Créditos Renegociados

Os créditos renegociados são decorrentes de créditos de energia financiados, os quais foram renegociados e parcelados, com os seguintes intervenientes:

	31/12/2022	Provisão de Juros	Recebimentos	Variações Monetárias	Transferências de LP para CP	Provisionado para perda	31/12/2023
Circulante							
CEA	11.113	–	–	–	–	(11.113)	–
Eletronuclear [1]	40.781	21.617	(62.005)	15.039	33.247	–	48.679
	51.894	21.617	(62.005)	15.039	33.247	(11.113)	48.679
Não circulante							
Celg D	542.391	–	–	–	–	(542.391)	–
Eletronuclear [1]	238.051	–	–	949	(33.247)	–	205.753
	780.442	–	–	949	(33.247)	(542.391)	205.753
Total	**832.336**	**21.617**	**(62.005)**	**15.988**	**–**	**(553.504)**	**254.432**

(1) Refere a confissão de dívidas entre a Eletronuclear e Furnas. O contrato possui o prazo de 10 anos e reajuste mensal do saldo devedor com base na variação do IPCA.

Prática Contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Estimativas e julgamentos críticos

A Empresa mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes adotando a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Empresa e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, Furnas, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual do cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico do cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

9. ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO

A Empresa registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**24.364.652**	**24.494.418**
Incorporação TGO	134.600	–
Receita de Construção **(a)**	480.112	480.112
Receita Financeira **(a)**	3.236.626	3.252.503
Amortização	(3.472.247)	(3.483.290)
Remensuração Regulatória	19.874	19.874
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**24.763.617**	**24.763.617**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**24.763.617**	**24.763.617**
Aquisição de controle de investida	–	1.049.023
Receita de Construção **(a)**	1.249.585	1.249.585
Receita Financeira **(a)**	2.931.600	2.931.600
Amortização	(4.822.141)	(4.822.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**24.122.661**	**25.172.584**

(a) A receita de construção e a receita financeira foram impactadas pelo reajuste anual da receita de transmissão e variação dos indexadores financeiros.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	5.049.428	4.145.344	5.137.477	4.145.344
Não Circulante	19.073.233	20.618.273	20.035.107	20.618.273
Total Ativo Contratual	**24.122.661**	**24.763.617**	**25.172.584**	**24.763.617**

A Empresa utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital (***WACC - Weighted Average Cost of Capital***) da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Empresa compara o saldo do ativo de cada contrato com fluxo previstos de Receita Anual Permitida (RAPs) futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita Financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

A ANEEL prorrogou para julho de 2024 a homologação da RAP integral, resultante da RTP, dos contratos de concessão nº 057/2001, 058/2001, 061/2001 e 062/2001.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R$ 16.162.557 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE - Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Em abril de 2023, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 085/2023, que trata das manifestações acerca dos cálculos apresentados no âmbito do pagamento do componente financeiro da RBSE na Nota Técnica nº 085/2022-SGT/ANEEL, de junho de 2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE.

A emissão da Nota Técnica 085/2023 não configura decisão da ANEEL, não produzindo, portanto, efeitos práticos, pois depende de adequada instrução processual para que o mérito, que envolve escolhas de alternativas de cálculos, seja analisado pela diretoria colegiada da Agência. A empresa continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Prática Contábil

Os ativos de transmissão da Empresa são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Empresa identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la - O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia elétrica, a Empresa é remunerada pela Receita Anual Permitida - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Empresa, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destina à remuneração da atividade Operação e Manutenção - O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Empresa reconhece, na rubrica de ativo contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL (RTP), que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Empresa remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias - Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Empresa cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Empresa reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção - O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

Estimativas e julgamentos críticos

As margens de lucratividade, que formam as receitas de construção e de O&M, são constituídas pelo custo médio ponderado de capital - WACC da Companhia, pelos riscos de atrasos nas obras, pelas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração.

A Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros para essas atividades, segrega a RAP estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de construção e (ii) a parcela da RAP destina à remuneração da atividade Operação e Manutenção - O&M.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

10. REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Empresa.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Controladas em conjunto				
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	21.359	25.058	21.359	25.058
Belo Monte Transmissora	24.193	20.949	24.193	20.949
Coligadas				
Mata de Santa Genebra	13.782	13.280	13.782	13.280
Goiás Transmissão	43.654	19.783	43.654	19.783
Tijoa Participações	3.992	–	3.992	–
MGE Transmissão	14.752	9.631	14.752	9.631
Retiro Baixo	7.854	5.761	–	5.761
Baguari Energia	2	2	–	2
Paranaíba	8.384	9.668	8.384	9.668
Transenergia Renovável	11.005	2.787	11.005	2.787
Transenergia São Paulo	19.813	8.275	19.813	8.275
Triângulo Mineiro Transmissora	94.000	–	–	–
Caldas Novas Transmissão	439	1.317	439	1.317
Lago Azul Transmissão	986	898	986	898
Enerpeixe	1.570	–	1.570	–
Total	**265.785**	**117.409**	**163.929**	**117.409**

Prática Contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Empresa no capital social de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, vide nota 13, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e JCP aos seus acionistas.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1 Imposto de renda e contribuição social correntes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				
Imposto de Renda Corrente	1.091.068	524.825	1.116.163	548.219
Contribuição Social Corrente	406.186	196.451	406.186	198.723
	1.498.154	721.276	1.522.349	746.942
Passivo Circulante				
Imposto de Renda Corrente	(165.386)	(111.242)	(165.386)	(111.242)
Contribuição Social Corrente	(59.807)	(43.319)	(59.807)	(43.319)
	(225.193)	(154.561)	(225.193)	(154.561)
Ativo Circulante líquido	**1.272.961**	**566.715**	**(1.297.156)**	**592.381**

11.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2021
Ativo não Circulante	**–**	**–**	**4.531.856**	**2.077.784**
IRPJ e CSLL Diferidos	–	–	4.531.856	2.077.784
Passivo não Circulante	**(3.342.293)**	**(4.040.376)**	**(3.812.227)**	**4.242.878**
IRPJ e CSLL Diferidos	(3.342.293)	(4.040.376)	(3.812.227)	(4.242.878)

11.2.1 Composição imposto de renda e contribuição social diferidos

	Impostos diferidos por empresa					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Efeitos Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeitos Líquido ativo (passivo)
Ativo Fical Diferido Não Circulante						
SAESA	4.531.856	–	4.531.856	2.078.629	(845)	2.077.784
Passivo Fiscal Diferido Não Circulante						
MESA	–	(194.397)	(194.347)	–	(202.502)	(202.502)
Furnas	2.818.260	(6.160.553)	(3.342.293)	2.342.486	(6.382.862)	(4.040.376)
Triângulo Mineiro e Vale de São Bartolomeu	–	(6.060)	(6.060)	–	–	–
Baguari Energia e Retiro Baixo	–	(269.527)	(269.527)	–	–	–
	2.818.260	**(6.630.487)**	**(3.812.227)**	**2.342.486**	**(6.585.364)**	**(4.242.878)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributos diferidos ativos				
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.161.028	882.287	1.161.028	882.287
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	543.486	539.175	543.486	539.175
Provisão para *Impairment* SPEs	251.665	474.231	251.665	474.231
Provisão para *Impairment* (UTE e UHE)	225.015	226.138	225.015	226.138
Provisão para Programa de Aposentadoria Extraordinária (PAE)	41.725	62.908	41.725	62.908
Provisão IFRS 15 Rec/Custo de Construção, Rec Financ, Rec de O&M, IFRS 16 (Leasing), Operação UTE Sta Cruz (Prov. Aquis. Gás)	433.990	–	433.990	–
Provisão PLR	29.402	29.050	29.402	29.051
Passivo atuarial	39.887	42.867	39.887	42.867
Provisão GAG Melhorias	30.804	41.072	30.804	41.072
Provisão para perda Acordo de Leniência	30.641	30.641	30.641	30.641
Provisão para perda PAES a recuperar	9.866	9.866	9.866	9.866
Provisão para perda na realização de imobilizado	4.251	4.251	4.251	4.251
Provisão para contratos onerosos	16.501	–	16.501	–
Prejuízo fiscal - MESA (a)	–	–	4.531.856	2.067.377
Direito de Outorga - UBP - MESA	–	–	–	10.704
Amortização de Terrenos e Servidões - MESA	–	–	–	547
Total Ativo	**2.818.260**	**2.342.486**	**7.350.116**	**4.421.115**
Tributos diferidos passivos				
Ativo de Contrato	(5.743.669)	(5.961.592)	(5.743.669)	(5.961.592)
Risco Hidrológico - GSF	(264.755)	(271.310)	(264.755)	(271.310)
Fim de RTT - Adoção IN RFB nº 1.515/14	(142.872)	(142.872)	(142.872)	(142.872)
Amortização de encargos financeiros capitalizados	–	–	(194.347)	(203.347)
Provisão IFRS 15 Rec/Custo de Construção, Rec Financ, Rec de O&M, IFRS 16 (Leasing), Operação UTE Sta Cruz (Prov. Aquis. Gás)	–	(7.088)	–	(7.088)
Custo de transação - Emissão de Debêntures	–	–	–	–
Ganho de Capital - Venda Imóvel FURNAS Botafogo	(9.257)	–	(9.257)	–
Passivo diferido combinação de negócio	–	–	(239.410)	–
Passivo Baguari Energia, Retiro Baixo	–	–	(36.177)	–
Total Passivo	**(6.160.553)**	**(6.382.862)**	**(6.630.487)**	**(6.586.209)**
Tributos diferidos, líquidos	**(3.342.293)**	**(4.040.376)**	**719.629**	**(2.165.094)**

(a) Prejuízo Fiscal - MESA

Em dezembro de 2023, a MESA em atendimento à sua política contábil de reconhecimento dos tributos diferidos constituídos sobre o Prejuízo Fiscal e sobre a Base Negativa da Contribuição Social, realizou o teste de realização destes tributos de acordo com as normas contábeis vigentes. Esta estimativa considerou o fluxo do teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*), por se tratar de um fluxo originário das projeções aprovadas pelo Conselho de Administração, não considerando quaisquer receitas ou reduções de custos que estejam vinculados a ações judiciais e/ou outros fatores que dependam de decisões de terceiros, se concentrando de maneira exclusiva em sua operação e resultados.

Adicionalmente, cabe destacar a renegociação da dívida ocorrida no mês de novembro de 2023, que melhorou significativamente as projeções de lucro da controlada, antecipando o primeiro ano de lucro tributável de 2027 para 2024.

Por meio desta estimativa, a Administração da MESA obteve evidências suficientes e conclusivas sobre a ocorrência de lucros futuros, realizando o reconhecimento adicional de R$ 2.454.073 de créditos, concluindo pela totalidade dos créditos fiscais em balanço, que totaliza R$ 4.531.856 (R$ 2.077.784 em dezembro de 2022).

Os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade.

Furnas e sua controlada possuem tributos diferidos (líquidos) derivados de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

Diferidos Líquidos	Furnas	MESA	Total
2023	–	–	–
2024	(220.478)	(8.002)	(228.480)
2025	(834.897)	(8.002)	(842.899)
2026	(847.213)	(8.002)	(855.215)
2027	(847.213)	(8.002)	(855.215)
2028	(847.213)	(8.002)	(855.215)
Após 2028	(20.867)	4.377.520	4.356.653
Total	**(3.617.881)**	**4.337.510**	**719.629**

11.3 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

	CONTROLADORA	
	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSL	
Resultado operacional antes dos tributos	**5.562.239**	**1.701.366**
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	**(1.891.161)**	**(578.464)**
Efeitos de adições e exclusões:		
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	476.738	294.096
Ajustes Lei nº 12.973/2014	(7.182)	(7.182)
Resultado das participações societárias	905.196	189.349
Provisões Operacionais	(473.179)	(278.380)
Indenização - Ativo de Contrato	(694.664)	(210.969)
Ajustes INRFB nº 1771/2017	(17.197)	91.538
Impairment / GAG Melhorias	11.391	(46.301)
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	692.493	94.304
Incentivos Fiscais	700	9.041
Demais adições e exclusões permanentes	(7.906)	(19.345)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	6.758
Indébitos Tributários - Vlr a Recup. Não incidência de IRPJ / CSLL atualiz. SELIC	23.155	8.238
Contrato Oneroso	(16.501)	95.380
JCP	1.459.280	297.119
Benefício pós-emprego / Atuarial	8.571	15.833
Outros	29.815	11.997
Recup. custos - Repactuação Risco Hidrológico	(6.555)	(16.136)
Total das despesas do IRPJ e CSLL	**492.994**	**(43.123)**
Alíquota efetiva	**-9%**	**3%**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
	IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	**2.953.139**	**1.686.874**
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	**(1.004.067)**	**(573.537)**
Efeitos de adições e exclusões:		
Adições / Exclusões da Lei nº 12.973/2014	476.738	294.096
Ajustes Lei nº 12.973/2014	(7.182)	(7.182)
Resultado das participações societárias	905.196	189.349
Provisões Operacionais	(473.179)	(278.380)
Indenização - Ativo de Contrato	(694.664)	(210.969)
Ajustes INRFB nº 1771/2017	(17.197)	91.538
Impairment / GAG Melhorias	11.391	(46.301)
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	692.493	94.304
Incentivos Fiscais	700	9.041
Demais adições e exclusões permanentes	(7.906)	(19.344)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	6.758
Indébitos Tributários - Vlr a Recup. Não incidência de IRPJ / CSLL atualiz. SELIC	23.155	8.238
Contrato Oneroso	(16.591)	95.380
JCP	1.459.280	297.119
Benefício pós-emprego / Atuarial	8.571	15.833
Outros	29.815	11.997
Recup. custos-Repactuação Risco Hidrológico	(6.555)	(16.136)
SPEs	1.564.114	(2.088)
Total das despesas do IRPJ e CSLL	**2.944.202**	**(40.284)**
Alíquota efetiva	**-100%**	**2%**

Prática Contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do período, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente. Para a controlada MESA, os referidos cálculos são efetuados utilizando-se, respectivamente, as alíquotas de 25% e de 9%, aplicando-se as alíquotas efetivas de 7% e 9% respectivamente, nos anos de 2024 a 2027, anos abrangidos pelo benefício do Lucro da Exploração.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do período.

O resultado com imposto de renda e a contribuição social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de imposto de renda e a contribuição social na apuração do período, mas que poderão ser utilizadas em períodos seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do período.

Os créditos de imposto de renda e a contribuição social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

Estimativas e julgamentos críticos

Para a manutenção dos créditos fiscais diferidos resultantes dos prejuízos fiscais acumulados, a Companhia projeta seus fluxos de caixa futuro considerando as premissas macroeconômicas, a estrutura operacional e seu planejamento estratégico.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Impostos Retidos	73.198	–	–	77.604	79.298	5.147	292	77.862
PAES/REFIS	–	–	18.,623	18.003	–	–	18.623	48.549
PIS/COFINS Retidos	8.474	–	–	4.369	8.474	–	–	4.369
PIS/COFINS	–	–	102.262	57.656	–	–	160.152	72.950
ICMS	–	–	14.072	18;991	–	–	22.621	23.234
PERT	–	–	9.553	8.651	–	–	9.559	8.651
Parcelamento PIS e COFINS	–	–	–	–	–	–	–	
INSS / FGTS / ISS / Outros	3	–	34.002	58.368	248	–	37.364	61.152
Total	**81.675**	**–**	**178.512**	**243.642**	**88.020**	**5.148**	**248.605**	**296.767**
	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
IRRF	–	–	–	–	12.775	12.040	–	–
ICMS	–	–	–	–	87	85	–	–
PAES/REFIS	–	–	72.940	88.513	–	–	72.940	88.513
PIS/COFINS	–	–	14.113	14.113	–	–	14.113	71.109
PERT	–	–	40.381	42;308	–	–	40.381	42.308
Parcelamento PIS e COFINS	–	–	–	–	–	–	29.663	–
INSS/ ISS/ Outros	–	–	–	–	7	–	–	–
Total	**–**	**–**	**127.434**	**144.924**	**12.869**	**12.125**	**157.097**	**202.010**
	81.675	**–**	**305.946**	**388.576**	**100.889**	**17.273**	**405.702**	**498.777**

12.1 Demais assuntos tributários

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que Furnas: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Empresa. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Empresa deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

- **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Matéria tributária transitada em julgado**

Em fevereiro de 2023, o STF, em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Empresa não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Eletrobras e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

- **Reforma tributária**

Em dezembro de 2023, foi aprovado o texto final da Proposta de Emenda à Constituição nº 45/19, que altera a forma da tributação sobre bens e serviços ("Reforma Tributária" ou "Reforma"). Considerando a falta de regulamentação dessa primeira etapa da Reforma, ainda não é possível mensurar os impactos definitivos dos novos tributos criados (IBS, CBS e IS) para a Empresa. As principais discussões giram em torno da redução gradual de incentivos fiscais, adaptação às novas obrigações acessórias, impactos em preços de contratos de energia (equilíbrio econômico-financeiro) e questões relativas à carga tributária durante e após o período de transição.

13. INVESTIMENTOS

	Participação Furnas (%)	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022
Controladas			
Brasil Ventos	100,00%	265.496	187.611
Madeira Energia S.A (MESA)	99,73%	15.990.165	604.377
Baguari Energia S.A. **(a)**	100,00%	1.037.879	71.987
Retiro Baixo Energética S.A. **(a)**	100,00%	431.452	155,470
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. **(a)**	100,00%	488.644	199.746
Vale de São Sebastião Transmissora de Energia **(a)**	90,00%	505.997	89.860
Subtotal		**18.719.633**	**1.309.051**

	Participação Furnas (%)	CONTROLADORA 31/12/2023	CONTROLADORA 31/12/2022	CONSOLIDADO 31/12/2023	CONSOLIDADO 31/12/2022
Controlada em conjunto					
Belo Monte Transmissora	24,50%	1.075.770	1.002.903	1.075.770	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	24,50%	980.914	867.833	980.914	867.833
Teles Pires Participações	24,72%	301.895	157.682	301.895	157.682
Subtotal		2.358.579	2.028.418	2.358.579	2.028.418
Coligadas					
Mata de Santa Genebra	49,90%	733.745	548.104	733.745	548.104
Chapecoense	40,00%	215.378	253.633	215.378	253.633
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	579.508	588.913	579.508	588.913
Enerpeixe	40,00%	263.636	261.789	263.636	261.789
Paranaíba	24,50%	249.010	222.169	249.010	222.169
Triângulo Mineiro Transmissora	0,00%	–	–	–	199.746
Goiás Transmissão	49,00%	191.575	206.773	191.575	206.773
Retiro Baixo	0,00%	–	–	–	155.470
MGE Transmissão	49,00%	203.715	196.954	203.715	196.954
Transenergia Renovável	49,00%	101.563	96.112	101.563	96.112
Vale do São Bartolomeu	0,00%	–	–	–	89.860
Baguari Energia	0,00%	–	–	–	71.987
Transenergia São Paulo	49,00%	38.460	45.604	38.460	45.604
Caldas Novas Transmissão	49,90%	32.838	25.654	32.838	25.654
Lago Azul Transmissão	49,90%	24.978	22.044	24.978	22.044
Tijoa Participações e Investimentos	49,90%	29.903	28.527	29.903	28.527
Serra do Facão	54,01%	–	17.003	–	17.003
Demais Investimentos	49,00%	–	–	718	659
Subtotal		2.664.309	2.513.279	2.665.027	3.031.001
Outros Investimentos					
Investimentos pelo custo de aquisição		7.711	17.193	7.711	17.193
Subtotal		7.711	17.193	7.711	17.193
Total do Investimento		**23.750.232**	**5.867.941**	**5.031.317**	**5.076.612**

(a) Furnas realizou a aquisição de controle da Baguari Energia S.A. em outubro de 2023, da Retiro Baixo Energética S.A. em novembro de 2023 e da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. em dezembro de 2023, vide nota explicativa 13.2.

13.1 Reestruturação Dívida Madeira Energia (MESA) e Aumento de Capital

Em novembro de 2023, a Empresa subscreveu 1.782.542.647.522 (um trilhão, setecentos e oitenta e dois bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e quarenta e sete mil e quinhentos e vinte e dois) ações ordinárias, no valor de R$13.547.324, sendo (i) em dinheiro R$2.042.554, sem subscrição de sobras, de modo a viabilizar o pré-pagamento dos Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES nº 01/2009 ("CONTRATO DE FINANCIAMENTO REPASSE") e de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse de Recursos do BNDES n.º 01/2013 ("CONTRATO DE FINANCIAMENTO REPASSE SUPLEMENTAR") firmados entre Santo Antônio Energia (SAESA) e os bancos repassadores e (ii) R$11.504.772 em créditos detidos por Eletrobras contra SAESA em decorrência da assunção da dívida junto ao BNDES e Repassadores.

Ainda nesta data, a Eletrobras capitalizou os créditos detidos contra a SAESA em Furnas, extinguindo do referido crédito por confusão entre credor e devedor.

Ao final das capitalizações, Furnas passou a deter 99,73% da MESA, única acionista da SAESA.

Como reflexo positivo da reestruturação da dívida, MESA passou a contar com uma adequada projeção de geração de caixa para honrar seus compromissos de curto e longo prazo, adequação do seu capital circulante líquido (CCL), bem como projeções de geração futura de lucros tributáveis, o que possibilitou o reconhecimento dos valores referentes aos tributos diferidos ativos. Maiores informações, vide nota nota 11.

13.2 Perdas estimadas em investimentos

A Empresa estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas e Controladas em Conjunto com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

O saldo das provisões para perda de investimentos é demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO 31/12/2023	CONTROLADORA/CONSOLIDADO 31/12/2022
Teles Pires Participações	(91.607)	(234.239)
Mata de Santa Genebra	–	(141.393)
IE Madeira	–	(46.096)
Lago Azul Transmissão	–	(16.652)
Total	**(91.607)**	**(438.380)**

13.3 Combinação de Negócios

A Empresa concluiu a aquisição de controle das investidas Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT"), Vale do São Bartolomeu S.A ("VSB"), Retiro Baixo e Baguari Energia.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos formam negócios próprios, sendo as operações de aquisições de controle configuradas como combinações de negócios, nos termos do IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. A Empresa detinha participações nessas investidas anteriormente à obtenção dos controles, portanto, são combinações de negócios realizadas em estágios.

Os preços pagos para as aquisições não estão sujeitos a alteração, pois não foram previstas contraprestações contingentes ou direitos à indenizações.

Para avaliação dos valores justos dos ativos e passivos adquiridos, que passaram a compor o balanço patrimonial consolidado de Furnas, a Empresa contratou firmas especializadas.

A seguir estão apresentados os valores justos preliminares dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro do período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios. A Administração não tem expectativas de ajustes relevantes na mensuração final da alocação.

	out/23	nov/23	dez/23	dez/23
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos identificados nas combinações de negócios	**Baguari**	**Retiro Baixo**	**TMT**	**VSB**
Valor justo dos ativos adquiridos				
Caixa e equivalente de caixa	138.039	58.335	14.530	15.644
Contas a receber	23.363	10.775	5.502	5.693
Imobilizado	389.966	285.859	–	–
Ativo de contrato	–	–	566.949	483.938
Intangível	860.446	158.669	896	22.989
Outros ativos	28.945	12.704	2.627	440
	1.440.759	**526.342**	**590.504**	**528.704**
Valor justo dos passivos assumidos				
Empréstimos	14.126	30.179	–	–
Remuneração as acionistas	35.791	–	–	–
Provisões	64.435	–	1.757	155
Outros passivos circulantes e não circulantes	296.809	60.270	6.103	11.193
	411.161	**90.449**	**7.860**	**11.348**
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	1.029.598	435.893	582.644	465.620
Participação de não controladores	–	–	–	51.736

Para os cálculos dos valores justos dos ativos líquidos foi utilizado a metodologia de Income Approach, baseado em fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, utilizando as seguintes premissas: (i) prazo da concessão; (ii) taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (WACC);(iii) rentabilidade atribuída ao contrato de concessão foi calculada pela rentabilidade (EBITDA) do fluxo de Caixa.

Na data da aquisição do controle, a participação de não controladores na adquirida foi mensurada com base na proporção do valor justo dos ativos líquidos identificados.

Os resultados decorrentes das operações de aquisição de controle estão incluídos nas rubricas de outras receitas e despesas, na demonstração do resultado do exercício.

Os ágios residuais apresentados a seguir são consequência do passivo fiscal diferido reconhecido, resultante dos ajustes entre o valor de livros e os valores justos dos ativos e passivos.

Baguari

Em 06 de outubro de 2023, Furnas passou a deter 100% da Baguari Energia e indiretamente 100% de Baguari I e, portanto, 100% do Consórcio UHE Baguari. Previamente à transação, a participação detida por Furnas era de 15% da UHE Baguari.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de Baguari, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado de Furnas. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação foi alocado R$ 799.187 em conta de ativo da concessão - intangível e R$ 202.779 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R$ 596.408 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle de Baguari, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 85% foi de R$ 875.204. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 15% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	1.029.638
(b) Contraprestação transferida	875.204
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	154.434
(d) = (b) + (c)	1.029.638

A Empresa apurou resultado de R$ 74.135 na aquisição da Baguari Energia, referente a mensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.
Se os resultados da Baguari tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R$ 129.854 e o lucro da Companhia seria acrescido em R$ 29.534.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde outubro de 2023 inclui o saldo da receita líquida da Baguari de R$ 47.210 e o lucro de R$ 12.568 no mesmo período.

Retiro Baixo Energia

Em 22 de novembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação de 51% na investida Retiro Baixo. Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 49%, após a aquisição, passou a deter 100% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de Retiro Baixo, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado de Furnas. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação, foi alocado R$ 120.486 em conta de ativo da concessão - intangível e R$ 30.571 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R$ 89.915 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle de Retiro Baixo, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 51% foi de R$ 222.306. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 49% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	435.893
(b) Contraprestação transferida	222.306
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	213.587
(d) = (b) + (c)	435.893
(e) – (d) Perda na aquisição de participação	–

A Empresa apurou resultado de R$ 44.058 na aquisição da Retiro Baixo, referente a mensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.
Se os resultados da Retiro Baixo tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R$ 68.842 e o lucro da Companhia seria R$ 28.693.

A receita incluída na demonstração consolidada do resultado desde novembro de 2023 inclui o saldo da receita líquida da Retiro Baixo de R$ 14.373 e o lucro de R$ 4.377 no mesmo período.

Triângulo Mineiro Transmissora S.A. ("TMT")

Em 21 de dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação de 51% da investida Triângulo Mineiro Transmissora S.A. (TMT). Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 49%, após a aquisição, passou a deter 100% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos de TMT, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado de Furnas. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes, foi alocado R$ 896 em conta de ativo da concessão - intangível e R$ 227 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R$ 669 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle da TMT, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 49% foi de R$ 273.211. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 49% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	582.644
(b) Contraprestação transferida	273.211
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	285.495
(d) = (b) + (c)	558.706
(e) – (d) Ganho proveniente de compra vantajosa	23.938

A Empresa apurou resultado de R$ 68.481 na aquisição da Retiro Baixo, referente a remensuração da participação anteriormente detida antes da combinação.

Se os resultados da TMT tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R$ 54.810 e o lucro da Companhia seria reduzido em R$ 44.234.

Vale do São Bartolomeu S.A. ("VSB")

Em 21 de dezembro de 2023, Furnas concluiu a aquisição da participação na investida Vale do São Bartolomeu S.A. (VSB). Tendo em vista que previamente à transação, Furnas detinha 39%, após a aquisição, passou a deter 90% da participação.

Com a aquisição do controle, os ativos e passivos da VSB, mensurados a valor justo, passaram a compor o balanço patrimonial consolidado de Furnas. Com base no laudo do avaliador e nos tributos diferidos resultantes da avaliação, foi alocado R$ 63.365 em conta de ativo da concessão - intangível e R$ 5.833 em tributos diferidos passivos, totalizando ajuste de R$ 57.532 no ativo líquido.

Na data da aquisição do controle, Furnas transferiu, a contraprestação transferida pela participação adquirida de 51% foi de R$ 304.228. A participação previamente detida por Furnas foi remensurada para que correspondesse a 39% do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme determina o IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios.

(a) valor justo dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia	465.621
(b) Contraprestação transferida	304.228
(c) Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	201.769
(d) = (b) + (c)	505.997
(e) – (d) Perda na aquisição de participação	40.376

A Empresa apurou resultado de R$ 97.256 na aquisição da VSB, referente, a remensuração da participação societária anteriormente detida de 39% antes da combinação.

Se os resultados da VSB tivessem sido consolidados a partir de 1 de janeiro de 2023, a receita líquida da Companhia seria acrescida de R$ 50.946 e o lucro da Companhia seria acrescida em R$ 42.662.

13.4 Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Empresa:

	CONTROLADORA							
Participações societárias e outros investimentos	**Saldo em 31/12/2022**	**Aumento/ Redução de capital**	**Adição/ Baixa**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Participações societárias**	**Reversão de impairment**	**Mais/ menos valia**	**Saldo em 31/12/2023**
Brasil Ventos	187.611	–	–	–	77.885	–	–	265.496
Belo Monte Transmissora	1.002.903	–	–	(31.544)	104.411	–	–	1.075.770
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	867.833	–	–	(33.922)	100.907	46.096	–	980.914
Teles Pires Participações	157.682	26.452	–	–	(24.871)	142.632	–	301.895
Mata de Santa Genebra	548.104	–	–	(13.782)	58.030	141.393	–	733.745
Chapecoense	253.633	–	–	(221.467)	183.212	–	–	215.378
Empresa de Energia São Manoel	588.913	–	–	–	(9.405)	–	–	579.508
Enerpeixe	261.789	–	–	(1.848)	3.695	–	–	263.636
Madeira Energia S.A. (MESA)	604.377	13.594.503	–	–	1.807.295	–	(16.010)	15.990.165
Paranaíba	222.169	–	–	(8.360)	35.201	–	–	249.010
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	199.746	364.486	–	(98.410)	22.153	–	669	488.644
Goiás Transmissão	206.773	–	(12.937)	(29.751)	27.490	–	–	191.575
Retiro Baixo Energética S.A.	155.470	176.448	–	(7.854)	17.473	–	89.915	431.452
MGE Transmissão	196.954	–	(8.402)	(13.941)	29.104	–	–	203.715
Transenergia Renovável	96.112	–	(6.634)	(13.117)	25.202	–	–	101.563
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	89.860	346.235	–	(3.120)	17.205	–	55.817	505.997
Baguari Energia S.A.	71.987	626.186	–	(5.109)	21.662	–	323.153	1.037.879
Transenergia São Paulo	45.604	–	(270)	(13.987)	7.113	–	–	38.460
Caldas Novas Transmissão	25.654	–	–	130	7.054	–	–	32.838
Lago Azul Transmissão	22.044	–	(11.082)	(188)	(2.448)	16.652	–	24.978
Tijoa Participações e Investimentos	28.527	–	–	(41.813)	43.189	–	–	29.903
Serra do Facão	17.003	–	–	(129.632)	112.629	–	–	–
Subtotal	**5.850.748**	**15.134.310**	**(39.325)**	**(667.715)**	**2.664.186**	**346.773**	**453.544**	**23.742.521**
Investimentos pelo Custo de aquisição	17.193	(9.482)	–	–	–	–	–	7.711
Total	**5.867.941**	**15.124.828**	**(39.325)**	**(667.715)**	**2.664.186**	**346.773**	**453.544**	**23.750.232**

	CONTROLADORA								
Participações societárias e outros investimentos	**Saldos em 31/12/2021**	**Incorporação TGO (b)**	**Aumento/ Redução de Capital**	**Ajuste de Exercícios Anteriores**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Participações societárias**	**Reversão/(Provisão) para Perda**	**Mais/ menos valia (c)**	**Saldo em 31/12/2022**
Brasil Ventos	267.164	–	–	–	–	(79.553)	–	–	187.611
Transenergia Goiás	146.919	(157.697)	–	–	–	10.778	–	–	–
Belo Monte Transmissora	947.456	–	–	–	(33.199)	88.646	–	–	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	704.990	–	–	–	(61.799)	115.532	109.110	–	867.833
Teles Pires Participações	394.986	–	23.168	–	–	(26.233)	(234.239)	–	157.682
Mata de Santa Genebra	634.284	–	–	–	(74.570)	55.915	(67.525)	–	548.104
Chapecoense	454.259	–	–	–	(369.709)	169.083	–	–	253.633
Empresa de Energia São Manoel	428.168	–	–	–	–	(16.771)	177.516	–	588.913
Enerpeixe	266.309	–	–	–	–	(4.520)	–	–	261.789
Madeira Energia S.A. (MESA) (a)	–	–	668.125	–	–	(21.758)	–	(41.990)	604.377
Paranaíba	188.675	–	–	–	(10.433)	43.927	–	–	222.169
Triângulo Mineiro Transmissora	182.828	–	–	–	(5.145)	22.063	–	–	199.746
Goiás Transmissora	177.274	–	–	–	(9.188)	38.687	–	–	206.773
Retiro Baixo	168.726	–	–	–	(37.513)	24.257	–	–	155.470
MGE Transmissão	168.273	–	–	–	(8.934)	37.615	–	–	196.954
Transenergia Renovável	97.461	–	–	–	(13.514)	12.165	–	–	96.112
Vale de São Bartolomeu	79.406	–	–	–	(6.240)	16.694	–	–	89.860
Baguari Energia	67.797	–	–	–	(6.512)	10.702	–	–	71.987
Transenergia São Paulo	42.462	–	–	–	(8.720)	11.862	–	–	45.604
Caldas Novas Transmissão	30.481	–	–	–	(309)	(4.518)	–	–	25.654
Lago Azul Transmissão	29.068	–	–	–	(898)	3.506	(9.632)	–	22.044
Tijoa Participações e Investimentos	24.077	–	–	–	(35.274)	39.724	–	–	28.527
Serra do Facão	7.899	–	–	–	–	9.104	–	–	17.003
Centro de Soluções Estratégicas	201	–	(189)	–	(12)	–	–	–	–
Subtotal	**5.509.163**	**(157.697)**	**691.104**	**–**	**(681.969)**	**556.907**	**(24.770)**	**(41.990)**	**5.850.748**
Investimentos pelo Custo de aquisição	17.712	–	(519)	–	–	–	–	–	17.193
Total	**5.526.875**	**(157.697)**	**690.585**	**–**	**(681.969)**	**556.907**	**(24.770)**	**(41.990)**	**5.867.941**

(a) O saldo final do investimento em MESA está refletindo a participação de Furnas no patrimônio líquido ajustado da investida, no montante de R$ 893.217;
(b) Furnas realizou a incorporação da TGO em novembro de 2022; e
(c) Refere-se ao valor excedente do passivo registrados na contabilidade da MESA, no processo de combinação de negócios, na proporção atual da participação de Furnas, referente a remensuração das provisões para litígio, com base no histórico de decisões desfavoráveis em causas que se considerava como de risco de perda possível.

A variação ocorrida no resultado das participações societária na controladora, sendo R$ 2.664.186 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 556.907 em 31 de dezembro de 2022), deve-se principalmente aos efeitos do reconhecimento adicional de R$ 2.454.136 de créditos diferido na MESA, o que impactou o resultado de equivalência patrimonial em R$ 1.807.295 em 31 de dezembro de 2023 (-R$ 21.758 em 31 de dezembro de 2022). Maiores informações, vide notas 11.2 e 13.1.

	CONSOLIDADO								
Participações societárias e outros investimentos	**Saldo em 31/12/2022**	**Capitalização de AFAC**	**Aumento/ Redução de Capital**	**Adição/ Baixa**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Participações societárias**	**Reversão de impairment**	**Eliminação**	**Saldo em 31/12/2023**
Belo Monte Transmissora	1.002.903	–	–	–	(31.544)	104.411	–	–	1.075.770
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	867.833	–	–	–	(33.922)	100.907	46.096	–	980.914
Teles Pires Participações	157.682	–	26.452	–	–	(24.871)	142.632	–	301.895
Mata de Santa Genebra	548.104	–	–	–	(13.782)	58.030	141.393	–	733.745
Chapecoense	253.633	–	–	–	(221.467)	183.212	–	–	215.378
Empresa de Energia São Manoel	588.913	–	–	–	–	(9.405)	–	–	579.508
Enerpeixe	261.789	–	–	–	(1.848)	3.695	–	–	263.636
Paranaíba	222.169	–	–	–	(8.360)	35.201	–	–	249.010
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	199.746	–	(217.489)	–	(4.410)	22.153	–	–	–
Goiás Transmissão	206.773	–	–	(12.937)	(29.751)	27.490	–	–	191.575
Retiro Baixo Energética S.A.	155.470	–	(168.566)	–	–	13.096	–	–	–
MGE Transmissão	196.954	–	–	(8.402)	(13.941)	29.104	–	–	203.715
Transenergia Renovável	96.112	–	–	(6.634)	(13.117)	25.202	–	–	101.563
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	89.860	–	(103.945)	–	(3.120)	17.205	–	–	–
Baguari Energia S.A.	71.987	–	(59.451)	–	(5.109)	(7.427)	–	–	–
Transenergia São Paulo	45.604	–	–	(270)	(13.987)	7.113	–	–	38.460
Caldas Novas Transmissão	25.654	–	–	–	130	7.054	–	–	32.838
Lago Azul Transmissão	22.044	–	–	(11.082)	(188)	(2.448)	16.652	–	24.978
Tijoa Participações e Investimentos	28.527	–	–	–	(41.813)	43.189	–	–	29.903
Serra do Facão	17.003	–	–	–	(129.632)	112.629	–	–	–
Demais investidas	659	550	–	–	–	(491)	–	–	718
Subtotal	**5.059.419**	**550**	**(522.999)**	**(39.325)**	**(565.861)**	**745.049**	**346.773**	**–**	**5.023.606**
Investimentos pelo custo de aquisição	17.193	–	(9.482)	–	–	–	–	–	7.711
Total	**5.076.612**	**550**	**(532.481)**	**(39.325)**	**(565.861)**	**745.049**	**346.773**	**–**	**5.031.317**

	CONSOLIDADO							
Participações societárias e outros investimentos	**Saldo em 31/12/2021**	**Capitalização de AFAC**	**Aumento/ Redução de Capital**	**Ajuste de exercícios anteriores**	**Dividendos e Juros sobre capital próprio**	**Participações societárias**	**Provisão para Perda de Capital**	**Saldo em 31/12/2022**
Belo Monte Transmissora	947.456	–	–	–	(33.199)	88.646	–	1.002.903
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	704.990	–	–	–	(61.799)	115.532	109.110	867.833
Teles Pires Participações	394.986	–	23.168	–	–	(26.233)	(234.239)	157.682
Mata de Santa Genebra	634.284	–	–	–	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104
Chapecoense	454.259	–	–	–	(369.709)	169.083	–	253.633
Empresa de Energia São Manoel	428.168	–	–	–	–	(16.771)	177.516	588.913
Enerpeixe	266.309	–	–	–	–	(4.520)	–	261.789
Paranaíba	188.675	–	–	–	(10.433)	43.927	–	222.169
Triângulo Mineiro Transmissora	182.828	–	–	–	(5.145)	22.063	–	199.746
Goiás Transmissão	177.274	–	–	–	(9.188)	38.687	–	206.773
Retiro Baixo	168.726	–	–	–	(37.513)	24.257	–	155.470
MGE Transmissão	168.273	–	–	–	(8.934)	37.615	–	196.954
Transenergia Renovável	97.461	–	–	–	(13.514)	12.165	–	96.112
Vale do São Bartolomeu	79.406	–	–	–	(6.240)	16.694	–	89.860
Baguari Energia	67.797	–	–	–	(6.512)	10.702	–	71.987
Transenergia São Paulo	42.462	–	–	–	(8.720)	11.862	–	45.604
Caldas Novas Transmissão	30.481	–	–	–	(309)	(4.518)	–	25.654
Lago Azul Transmissão	29.068	–	–	–	(898)	3.506	(9.632)	22.044
Tijoa Participações e Investimentos	24.077	–	–	–	(35.274)	39.724	–	28.527
Serra do Facão	7.899	–	–	–	–	9.104	–	17.003
Centro de Soluções Estratégicas	201	–	(189)	–	(12)	–	–	–
Demais investidas	9.014	688	–	–	–	(9.043)	–	659
Subtotal	**5.104.094**	**688**	**22.979**	**–**	**(681.969)**	**638.397**	**(24.770)**	**5.059.419**
Investimentos pelo custo de aquisição	17.712	–	(519)	–	–	–	–	17.193
Total	**5.121.806**	**688**	**22.460**	**(681.969)**	**–**	**638.397**	**(24.770)**	**5.076.612**

13.5 Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2023									
	Percentual de participação	**Ativo Circulante**	**Ativo Não Circulante**	**Total do Ativo Circulante**	**Passivo Circulante**	**Passivo Não Circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Total do Passivo**	**Receita Operacional Líquida**	**Lucro/(Prejuízo) Líquido**
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora	24,50%	1.231.090	7.944.087	9.175.177	613.330	4.170.939	4.390.908	9.175.177	1.039.054	415.782
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	24,50%	1.022.813	6.293.140	7.315.953	578.744	2.733.476	4.003.733	7.315.953	712.294	411.868
Teles Pires Participações	24,72%	226.837	4.444.365	4.671.202	388.815	2.676.602	1.605.785	4.671.202	885.487	(103.656)
Coligadas										
Chapecoense	40,00%	410.737	2.573.564	2.984.301	607.435	1.838.423	538.443	2.984.301	1.274.912	487.050
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	320.697	3.419.572	3.740.269	151.647	1.850.081	1.738.541	3.740.269	446.946	(28.801)
Enerpeixe	40,00%	96.748	1.619.889	1.716.637	89.255	968.293	659.089	1.716.637	239.162	9.216
Mata de Santa Genebra	49,90%	689.261	3.078.913	3.768.174	115.975	2.181.769	1.470.430	3.768.174	393.463	116.292
Paranaíba	24,50%	255.100	1.694.947	1.950.047	142.254	791.422	1.016.371	1.950.047	206.413	143.679

	31/12/2022									
	Percentual de participação	**Ativo Circulante**	**Ativo Não Circulante**	**Total do Ativo Circulante**	**Passivo Circulante**	**Passivo Não Circulante**	**Patrimônio Líquido**	**Total do Passivo**	**Receita Operacional Líquida**	**Lucro/(Prejuízo) Líquido**
Controladas em conjunto										
Belo Monte Transmissora	24,50%	1.136.500	7.683.948	8.820.448	586.441	4.140.521	4.093.486	8.820.448	954.985	360.022
Interligação Elétrica do Madeira (IE Madeira)	24,50%	931.271	6.251.143	7.182.414	634.666	2.817.425	3.730.323	7.182.414	735.154	471.557
Teles Pires Participações	24,72%	290.169	4.583.805	4.873.974	381.068	2.890.471	1.602.435	4.873.974	916.260	(106.488)
Coligadas										
Chapecoense	40,00%	542.589	2.685.540	3.228.129	577.678	2.016.371	634.080	3.228.129	1.203.128	422.708
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	286.434	3.525.994	3.812.428	158.587	1.886.499	1.767.342	3.812.428	418.165	(43.710)
Enerpeixe	40,00%	72.631	1.672.515	1.745.146	344.377	746.277	654.492	1.745.146	315.141	(11.281)
Mata de Santa Genebra	49,90%	539.668	3.047.833	3.587.501	113.772	2.091.971	1.381.758	3.587.501	415.526	112.056
Paranaíba	24,50%	223.009	1.597.485	1.820.494	125.132	788.546	906.816	1.820.494	209.101	99.296

13.6 Capital Circulante Líquido de controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas

(a) MESA - Tem por objetivo principal a geração de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2023, apresentou capital circulante líquido negativo de R$347.547 (R$752.011 em 31 de dezembro de 2022).

Controladas em conjunto e coligadas

(b) Furnas detém participações nas empresas Teles Pires Participações e Chapecoense, que apresentaram em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo de R$161.978 e R$196.698, respectivamente (R$90.899 e R$35.089, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022).

13.7 Ajuste de política contábil na SPE Serra do Facão Energia S.A

Em 31 de dezembro de 2023, Furnas efetuou ajuste no valor do seu investimento na SPE Serra do Facão Energia S.A., no montante de R$97.291 (R$103.340 em 31 de dezembro de 2022), a fim de padronizar as políticas contábeis dessa entidade para a elaboração de suas demonstrações contábeis consolidadas e individuais, em razão da contabilização divergente quanto ao registro do Uso do Bem Público (UBP).

Prática Contábil

Nas demonstrações contábeis da controladora, a Companhia avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo. O valor justo considerado para essas participações corresponde ao preço atual das ações comercializadas na Bolsa de Valores.

No método de equivalência patrimonial, a participação do investidor no lucro ou prejuízo do período da investida é reconhecido no resultado período do investidor, em resultado de equivalência patrimonial.

As variações do valor dos investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo, decorrente da modificação dos preços das ações, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Os recebimentos de dividendos pagos à Companhia por essas investidas são registrados no resultado.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

A empresa trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

As Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimento controlado em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

Estimativas e julgamentos críticos

No processo de mensuração da combinação de negócio a Administração da Empresa aplica premissas e técnicas de avaliação que envolve julgamento por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão, e as características individuais dos elementos que estão sendo avaliados.

Como resultado, o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos mensurados inicialmente na combinação de negócios podem sofrer variações significativas entre os resultados projetados pela Companhia e os resultados reais alcançados, estas variações podem ocorrer em função de revisão (taxa de desconto refletindo o custo médio ponderado de capital (WACC) e outros fatores.

Combinação de negócios

No processo de mensuração da combinação de negócio, a Companhia aplica premissas e técnicas de avaliação que envolvem julgamentos por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão e nas características individuais dos elementos que estão sendo avaliados, que resultam na mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos.

Perdas em investimentos

Para fins de teste de recuperabilidade de seus investimentos, a Companhia admite como valor recuperável o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor recuperável representa a média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

14. IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem–se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	*Impairment*	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros (a)	Total
Custo histórico	4.595.458	1.400.348	4.864.592	(214.928)	549.012	133.404	327.491	11.655.377
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.789.229)	(926.847)	(1.852.926)	(447.541)	–	(52.025)	(53.308)	(5.121.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.806.229**	**473.501**	**3.011.666**	**(662.469)**	**549.012**	**81.379**	**274.183**	**6.533.501**
Adição / Constituição	532	11.467	201.533	–	478.644	–	(214.713)	477.463
Baixas / Reversões	–	–	(717)	3.304	–	(5.371)	(11.773)	(14.557)
Depreciação	(86.372)	(39.419)	(140.604)	–	–	(17.029)	8.245	(275.179)
Transferências de Ativos Mantidos para Venda	(1.229)	(35.204)	(1.428.085)	567.256	(264.089)	–	(738)	(1.162.089)
Transferências	(3.028)	5.453	(35.933)	–	29.309	–	4.213	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.716.132**	**415.798**	**1.607.860**	**(91.909)**	**792.876**	**58.979**	**59.417**	**5.559.153**
Custo histórico	4.591.733	1.382.064	3.601.390	355.632	792.876	128.033	104.480	10.956.208
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.875.601)	(966.266)	(1.993.530)	(447.541)	–	(69.054)	(45.063)	(5.397.055)
Taxa média de depreciação a.a.	1,79%	2,65%	2,58%	–	–	14,59%	5,02%	–

	CONTROLADORA							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	*Impairment*	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros (a)	Total
Custo histórico	4.602.799	1.369.299	3.789.502	–	1.109.518	120.110	392.139	11.383.367
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.703.473)	(886.122)	(1.727.758)	(447.541)	–	(32.201)	(55.628)	(4.852.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.899.326**	**483.177**	**2.061.744**	**(447.541)**	**1.109.518**	**87.909**	**336.511**	**6.530.644**
Adição / Constituição	–	–	15	(285.230)	373.392	13.294	13	101.484
Baixas / Reversões	(66.205)	(13.331)	(132.696)	70.302	–	–	(71.400)	(213.330)
Depreciação	(85.756)	(40.725)	(125.168)	–	–	(19.824)	2.320	(269.153)
Transferências	58.864	44.380	1.207.771	–	(933.898)	–	6.739	383.856
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.806.229**	**473.501**	**3.011.666**	**(662.469)**	**549.012**	**81.379**	**274.183**	**6.533.501**
Custo histórico	4.595.458	1.400.348	4.864.592	(214.928)	549.012	133.404	327.491	11.655.377
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.789.229)	(926.847)	(1.852.926)	(447.541)	–	(52.025)	(53.308)	(5.121.876)
Taxa média de depreciação a.a.	2,02%	3,10%	3,08%	–	–	14,78%	9,63%	–

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	*Impairment*	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros (a)	Total
Custo histórico	13.078.989	6.076.203	14.956.113	–	732.855	135.495	756.432	35.736.087
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(3.768.282)	(2.138.637)	(4.204.769)	(732.800)	–	(52.144)	(113.784)	(11.010.416)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.310.708**	**3.937.566**	**10.751.344**	**(732.800)**	**732.855**	**83.351**	**642.648**	**24.725.671**
Aquisição de controle de investida **(a)**	357.658	67.659	203.498	–	119	–	86.253	715.188
Adição / Constituição	532	11.467	201.533	–	724.939	113	(214.713)	723.871
Baixas / Reversões	(19.232)	–	(1.211)	73.635	(11.536)	(5.371)	(11.811)	24.474
Depreciação	(351.054)	(178.831)	(503.577)	–	–	(17.533)	(7.577)	(1.058.572)
Transferências de Ativos Mantidos para Venda	(1.229)	(35.204)	(1.428.086)	567.256	(264.089)	–	(738)	(1.162.089)
Transferências	2.304	5.453	(29.319)	–	(113.884)	–	135.460	14
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.299.687**	**3.808.110**	**9.194.183**	**(91.909)**	**1.068.404**	**60.560**	**629.522**	**23.968.557**
Custo histórico	13.419.022	6.125.578	13.902.529	640.891	1.068.404	130.237	750.883	36.037.545
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(4.119.336)	(2.317.468)	(4.708.346)	(732.800)	–	(69.677)	(121.361)	(12.068.988)
Taxa média de depreciação a.a.	1,79%	2,65%	2,58%	–	–	14,59%	5,02%	–

(a) Valores referente a alocação dos valores justos da aquisição das SPES Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu. Ver nota 13.2.

	CONSOLIDADO							
	Barragens, reservatórios e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	*Impairment*	Imobilizado em curso	Direito de Uso	Outros (a)	Total
Custo histórico	4.602.799	1.370.610	4.440.394	–	1.132.419	120.110	411.482	12.077.814
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.703.473)	(886.201)	(1.775.467)	(520.893)	–	(32.201)	(77.479)	(4.995.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.899.326**	**484.409**	**2.664.927**	**(520.893)**	**1.132.419**	**87.909**	**334.003**	**7.082.100**
Aquisição MESA	6.506.951	3.532.292	7.329.149	–	141.896	2.023	348.979	17.861.290
Adição / Constituição	–	–	–	(287.874)	674.224	13.294	3.122	402.766
Baixas / Reversões	(122.855)	(13.415)	(138.218)	75.967	(9.713)	(84)	(69.660)	(277.978)
Depreciação	(275.487)	(110.321)	(320.642)	–	–	(19.763)	(4.910)	(731.123)
Transferências	302.773	44.601	1.216.128	–	(1.205.971)	(28)	31.114	388.617
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.310.708**	**3.937.566**	**10.751.344**	**(732.800)**	**732.855**	**83.351**	**642.648**	**24.725.671**
Custo histórico	11.289.668	6.050.361	14.151.491	–	1.585.296	135.723	747.412	33.959.951
Depreciação Acumulada e *Impairment*	(1.978.960)	(2.093.574)	(4.222.179)	(738.464)	–	(47.320)	(124.960)	(9.205.457)
Taxa média de depreciação a.a.	2,02%	3,10%	3,08%	–	–	14,78%	9,63%	–

Prática Contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

Os itens do ativo imobilizado referem–se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Empresa. A depreciação desses ativos inicia quando estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. Furnas considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Empresa não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide nota 9.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

15. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA						
	Concessões	Repactuação do Risco Hidrológico	Software	Uso do bem público	Intangível em curso	Outros	Total
Custo histórico	20.398.739	987.838	217.284	40.812	14.165	–	21.658.838
Amortização Acumulada e *Impairment*	(90.568)	(147.356)	(187.471)	(12.685)	–	–	(438.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**20.308.171**	**840.482**	**29.813**	**28.127**	**14.165**	**–**	**21.220.758**
Adição aquisição controladas							
Adição / Constituição	–	–	–	–	19.170	1.182	20.352
Amortizações	(289.971)	(34.408)	(7.028)	(1.349)	–	–	(332.756)
Transferências	–	–	(181)	–	167	–	(14)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**20.018.200**	**806.074**	**22.604**	**26.778**	**33.502**	**1.182**	**20.908.340**
Custo histórico	20.398.739	987.838	217.103	40.812	33.502	1.182	21.679.176
Amortização Acumulada e *Impairment*	(380.539)	(181.764)	(194.499)	(14.034)	–	–	(770.836)
Taxa média de amortização a.a.	4,06%	3,48%	3,17%	3,30%	–	–	–

	CONTROLADORA						
	Concessões	Repactuação do Risco Hidrológico	Software	Uso do bem público	Intangível em curso	Outros	Total
Custo histórico	–	987.838	210.612	40.814	13.810	–	1.253.072
Amortização Acumulada e *Impairment*	–	(89.584)	(172.876)	(11.338)	–	–	(273.796)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**898.254**	**37.736**	**29.476**	**13.810**	**–**	**979.276**
Adição / Constituição	20.398.739	–	181	–	3.367	–	20.402.287
Amortizações	(90.568)	(57.772)	(14.592)	(1.349)	–	–	(164.281)
Transferências	–	–	6.488	–	(3.012)	–	3.476
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**20.308.171**	**840.482**	**29.813**	**28.127**	**14.165**	**–**	**21.220.758**
Custo histórico	20.398.739	987.838	217.094	40.812	13.390	–	21.658.273
Amortização Acumulada e *Impairment*	(45.284)	(138.673)	(183.854)	(12.348)	–	–	(300.159)
Taxa média de amortização a.a.	3,33%	5,52%	18,63%	3,30%	–	–	–

	CONSOLIDADO							
	Concessões	Repactuação do Risco Hidrológico	Software	Uso do bem público	Intangível em curso	*Impairment*	Outros	Total
Custo histórico	21.305.176	987.837	287.868	240.153	206.475	–	153.075	23.180.584
Amortização Acumulada e *Impairment*	(133.846)	(147.356)	(217.956)	(79.943)	–	(31.914)	(43.628)	(654.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.171.330**	**840.481**	**69.912**	**160.210**	**206.475**	**(31.914)**	**109.447**	**22.525.941**
Aquisição de controle de investida (a)	943.561	23.652	231	4.635	866	–	71.549	1.044.494
Adição/Constituição	938	–	1.225	–	19.170	–	52.029	73.362
Baixa/Reversão	(29.218)	–	–	–	–	31.914	(74.010)	(71.314)
Amortizações	(325.302)	(34.408)	(7.317)	(6.667)	–	–	(26.321)	(400.015)
Transferências	–	–	(181)	–	167	–	(1.209)	(1.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.761.309**	**829.725**	**63.870**	**158.178**	**226.678**	**–**	**131.485**	**23.171.245**
Custo histórico	22.220.457	1.011.489	289.143	244.788	226.678	31.914	201.434	24.225.903
Amortização Acumulada e *Impairment*	(459.148)	(181.764)	(225.273)	(86.610)	–	(31.914)	(69.949)	(1.054.658)
Taxa média de amortização a.a.	1,54%	4,09%	10,47%	4,16%	–	–	–	–

b) Valores referente a alocação dos valores justos da aquisição das SPES Baguari Energia, Retiro Baixo, Triângulo Mineiro e Vale do São Bartolomeu. Ver nota 13.2.

	CONSOLIDADO							
	Concessões	Repactuação do Risco Hidrológico	Software	Uso do bem público	Intangível em curso	*Impairment*	Outros	Total
Custo histórico	–	987.838	243.968	40.812	170.635	–	30.941	1.443.253
Amortização Acumulada e *Impairment*	–	(89.585)	(166.462)	(11.334)	–	–	(30.941)	(267.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**898.253**	**77.506**	**29.478**	**170.635**	**–**	**–**	**1.175.872**
Aquisição da Mesa	880.584	–	8.517	134.741	4.448	–	101.740	1.130.030
Adição / Constituição	20.398.738	–	3	–	44.112	(31.914)	2.969	20.413.908
Amortizações	(107.992)	(57.772)	(14.928)	(4.009)	–	–	(12.687)	(197.388)
Transferências	–	–	(1.186)	–	(12.720)	–	17.425	3.519
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**21.171.330**	**840.481**	**69.912**	**160.210**	**206.475**	**(31.914)**	**109.447**	**22.525.941**
Custo histórico	21.305.175	987.838	434.724	240.151	176.760	(31.914)	153.075	23.144.648
Amortização Acumulada e Impairment	(79.849)	(138.674)	(258.287)	(78.274)	–	–	(43.628)	(555.084)
Taxa média de amortização a.a.	3,33%	3,52%	18,63%	3,30%	–	–	10,38%	–

Em junho de 2022, os novos contratos de concessão de geração de energia elétrica resultaram em um aumento significativo no ativo intangível da Empresa, totalizando R$ 20.398.738. Isso inclui o pagamento de bônus de outorga no valor de R$ 8.038.255 em junho de 2022, compromissos futuros de repasse à conta de desenvolvimento energético (CDE) no valor de R$ 9.723.379 ao longo dos próximos 25 anos, e obrigações de desenvolver projetos específicos nos próximos 10 anos, totalizando R$ 1.759.545.

Prática Contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide nota 16.

O intangível da Empresa é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

16. VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Empresa estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, após os impostos, específica para os segmentos testados: 5,81% e 6,53% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2022, 4,82% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,58% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 6,96% e 13,56%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Empresa tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado	(91.912)	(662.469)	(91.912)	(732.800)
Intangível	–	–	–	(31.914)
Total	**(91.912)**	**(662.469)**	**(91.912)**	**(764.714)**

A movimentação das perdas estimadas por irrecuperabilidade de ativos é como segue:

	CONTROLADORA				
Unidade geradora de caixa	**31/12/2022**	**Adições**	**Reversões**	**Transferência (*)**	**31/12/2023**
UTE Santa Cruz	(567.253)	–	–	567.253	–
UHE Batalha	(78.651)	–	3.304	–	(75.347)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	–	–	(16.565)
Total	**(662.469)**	**–**	**3.304**	**567.253**	**(91.912)**

	CONSOLIDADO				
Unidade geradora de caixa	**31/12/2022**	**Adições**	**Reversões**	**Transferência (*)**	**31/12/2023**
UTE Santa Cruz	(567.253)	–	–	567.253	–
UHE Batalha	(78.651)	–	3.304	–	(75.347)
Brasil Ventos	(102.245)	–	102.245	–	–
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	–	–	(16.565)
Total	**(764.714)**	**–**	**105.549**	**567.253**	**(91.912)**

(*) Transferência para ativo mantido para venda.

	CONTROLADORA			
Unidade geradora de caixa	**31/12/2021**	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2022**
UTE Santa Cruz	(279.379)	(287.874)	–	(567.253)
UHE Batalha	(148.953)	–	70.302	(78.651)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	–	(16.565)
Total	**(444.897)**	**(287.874)**	**70.302**	**(662.469)**

	CONSOLIDADO			
Unidade geradora de caixa	**31/12/2021**	**Adições**	**Reversões**	**31/12/2022**
UTE Santa Cruz	(279.379)	(287.874)	–	(567.253)
UHE Batalha	(148.953)	–	70.302	(78.651)
Brasil Ventos	(75.996)	(31.914)	5.665	(102.245)
UTE Campos (Roberto Silveira)	(16.565)	–	–	(16.565)
Total	**(520.893)**	**(319.788)**	**75.967**	**(764.714)**

Prática Contábil

A Empresa avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, Furnas admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com a taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Empresa, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que Furnas iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

17. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Bens Materiais e Serviços	243.727	582.943	418.039	619.709
Energia Comprada para Revenda	617.004	256.071	668.865	427.387
CCEE - Energia de curto prazo	7.097	3.412	22.656	12.543
Outros	4.725	8.937	23.440	8.937
	872.553	**851.363**	**1.133.000**	**1.068.576**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, Furnas e suas controladas não possuem operação de risco sacado.

Prática Contábil

As obrigações com os fornecedores da Empresa são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos por Furnas e suas controladas é divulgada a seguir:

	Taxas anuais em 31/12/2023		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Mínima	Máxima	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda Nacional						
Mercado de capitais[1]	4,08%	16,24%	4.839.257	1.530.423	10.642.539	7.370.489
Bancos de fomento[2]	2,74%	10,37%	386.579	694.623	1.361.796	9.328.971
Mercado bancário[3]	13,44%	17,02%	4.204.263	4.612.341	4.204.263	10.671.134
Eletrobras[4]	7,00%	7,00%	359.787	454.687	359.787	454.687
Outras Instituições[5]	10,00%	10,00%	301.565	337.097	301.565	337.097
			10.091.451	7.629.171	16.869.950	28.162.378
Moeda estrangeira						
Bancos de fomento[6]	5,58%	6,89%	–	355.323	–	355.323
			–	355.323	–	355.323
Total			**10.091.451**	**7.984.494**	**16.869.950**	**28.517.701**
Encargos			276.455	175.847	546.057	430.915
Principal			1.654.041	1.251.459	2.153.459	2.186.261
Circulante			1.930.496	1.427.306	2.699.516	2.617.176
Não Circulante			8.160.955	6.557.188	14.170.434	25.900.525
			10.091.451	7.984.494	16.869.950	28.517.701

[1] O saldo refere-se aos debêntures e FIDC;
[2] O saldo refere-se às operações com BASA FNO, BNDES, BNB e FINEP;
[3] O saldo refere-se aos empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras;
[4] O saldo refere-se aos empréstimos junto à Eletrobras;
[5] O saldo refere-se, substancialmente, à dívida com a State Grid; e
[6] O saldo refere-se aos empréstimos junto ao BID.

Em setembro de 2023, Furnas concretizou a emissão de Notas Comerciais Escriturais, em 5 (cinco) séries, com garantia fidejussória da Empresa, para distribuição pública, no valor total de R$ 3.500.000, sendo: (a) R$ 500.000 na 1ª (primeira) série, com vencimento em agosto de 2025; (b) R$ 500.000 na 2ª (segunda) série, com vencimento em agosto de 2026; (c) R$ 1.000.000 na 3ª (terceira) série, com vencimento em agosto de 2027; (d) R$ 500.000 na 4ª (quarta) série, com vencimento em agosto de 2027; e (e) R$ 1.000.000 na 5ª (quinta) série, com vencimento em agosto de 2028.

As referidas Notas não terão o seu valor nominal unitário atualizados monetariamente e os juros remuneratórios corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros.

18.1 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	**7.984.494**	**6.877.578**	**28.517.701**	**7.382.052**
Efeito no fluxo de caixa:				
Captação	3.514.604	2.500.000	3.514.604	2.500.000
Juros Pagos	(899.631)	(757.566)	(2.365.185)	(1.276.861)
Amortização do Principal	(1.548.329)	(1.546.596)	(4.375.735)	(1.796.604)
Custos de transação apropriado	(7.651)	2.461	4.925	3.782
Efeito não caixa:				
Aquisição da MESA	–	–	–	19.979.061
Juros e encargos incorridos	1.000.237	867.800	3.047.240	1.583.172
Variações monetárias incorridas	66.279	55.891	49.724	158.175
Variações cambiais incorridas	(18.552)	(15.074)	(18.552)	(15.076)
Transferência Dívida (*)	–	–	(11.504.772)	–
Transferências de ativos mantidos para venda	–	–	–	–
Desreconhecimento RGR	–	–	–	–
Saldo final em 31 de dezembro	**10.091.451**	**7.984.494**	**16.869.950**	**28.517.701**

(*) Valor referente a assunção de dívidas da SAESA pela Eletrobras. Assim, a Eletrobras capitalizou os créditos detidos contra a SAESA em Furnas, extinguindo do referido crédito por confusão entre credor e devedor. Vide nota 2.5.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo tem seu vencimento assim programado:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
1.930.498	1.702.920	2.331.321	2.209.490	1.917.222	10.091.451
2.699.516	2.196.437	2.795.869	2.682.460	6.495.668	16.869.950

18.2 Garantias

A Empresa e sua Controladora participam, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é de R$7.513.280, em 31 de dezembro de 2023, e é apresentado no quadro abaixo.

EMPRESAS CONTROLADAS

Garantidora	Modalidade	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2023	Término da Garantia
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio **(a)**	433.894	10/12/2030
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio **(a)**	292.212	15/04/2024
Eletrobras	SPE	UHE Santo Antônio **(a)**	5.512.526	28/06/2038
Eletrobras	SPE	Teles Pires	266.218	15/02/2036
Eletrobras	SPE	Teles Pires	262.561	15/02/2036
Eletrobras	SPE	Teles Pires	108.619	30/05/2032
Eletrobras	SPE	Caldas Novas Transmissão	2.017	15/03/2028
Eletrobras	SPE	Empresa de Energia São Manoel	533.477	15/12/2038
Furnas	SPE	Empresa de Energia São Manoel	101.757	15/06/2033
Garantias empresas controladas			7.513.280	

(a) UHE Santo Antônio - O valor garantido será 99,6777% do saldo devedor total.

18.3 Obrigações Assumidas - Covenants

A Empresa possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes à: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelos valores justos, que, nesses casos, representam os valores da transação, e posteriormente são atualizados pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

19. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio	673.158	742.797	708.947	742.797
Dividendos declarados	–	–	–	–
Dividendos adicionais a pagar	–	–	–	–
Total	**673.158**	**742.797**	**708.947**	**742.797**

Em 28 de setembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta da distribuição de JCP no valor de R$ 3.500.000 com base em: 1) R$ 971.501.000 referentes ao resultado do 2º trimestre de 2023; 2) R$ 2.006.545.754 à conta da reversão da integralidade do saldo da Reserva Especial de Dividendos Retidos;3) R$ 521.953.246 à conta da reversão de parte do saldo da Reserva de Lucros a Realizar.

Em 27 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovou a proposta de antecipação da distribuição de JCP no valor de R$ 792.000 (R$ 673.158 líquido de IRRF à alíquota de 15%) com base no lucro registrado nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2023.

Prática Contábil

Furnas possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou JCP não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

20. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Empresa apresenta no patrimônio líquido, valores correspondentes a AFAC, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Eletrobras	–	8.400.000
Total	**–**	**8.400.000**

	AFAC
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.400.000**
Adiantamento para Futuro aumento de Capital Eletrobras	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**8.400.000**

Em novembro de 2023, foi realizada a integralização do AFAC no valor de R$ 8.400.000 no capital da Empresa, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Vide nota 2.6.

Prática contábil

Os recursos recebidos da Eletrobras, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados no passivo não circulante quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social da Empresa não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

21. OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Folha de pagamento	60.635	107.028	63.633	110.136
Encargos sobre férias	32.232	49.243	34.178	51.402
Provisões sobre férias	64.127	96.772	69.638	102.772
Plano de readequação - PREQ / PDV	117.382	178.651	117.382	178.652
Participações nos Lucros - PLR	73.525	42.924	85.345	55.551
Outros	23.224	12.639	25.646	12.638
Total circulante	**371.125**	**487.257**	**395.822**	**511.151**

Prática Contábil

As estimativas com obrigações trabalhistas e os respectivos encargos trabalhistas são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período, à medida que os empregados obtêm direitos de recebimentos futuros.

22. ENCARGOS SETORIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	39.395	32.107	53.385	46.114
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	36.935	71.091	36.935	71.091
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Recurso em poder da empresa	13.754	11.124	77.110	64.488
Quota CDE	–	–	–	867
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)	5.240	3.262	6.389	4.277
Programa de Eficiência Energética - PEE	–	–	31	–
	95.324	117.584	173.850	186.837
Não Circulante				
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Projetos Próprios	141.503	196.963	167.252	221.777
	141.503	196.963	167.252	221.777
	236.827	**314.547**	**341.102**	**408.614**

22.1 Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

22.2 Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

Prática Contábil

A Empresa reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

23. OUTROS PASSIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Compensação Ambiental	–	–	150.198	158.794
Cauções	568	580	568	18.271
Adiantamentos de clientes	12.018	2.556	54.890	64.270
Arrendamentos	16.314	16.684	18.647	18.823
Outros Passivos	20.131	5.914	84.931	63.910
	49.031	25.734	309.234	324.068
Não Circulante				
GAG Melhoria	90.601	120.801	90.601	120.801
Convênio Itaipu	197.628	180.552	197.628	180.552
Compensação Ambiental	–	–	126.156	174.245
Adiantamentos de clientes	–	–	86.612	129.484
Arrendamentos	58.068	76.341	86.790	174.297
Waiver Fee	–	–	90.406	80.776
Outros Passivos	15.037	9.970	85.941	25.778
	361.334	387.664	764.134	885.933
Total	**410.365**	**413.398**	**1.073.368**	**1.210.001**

Compensação Ambiental

O saldo calculado com base na Lei nº 9.985/00 e no Decreto nº 6.848/09, são recursos destinados a compensar os impactos ambientais não mitigáveis causados pela obra com a adoção de medidas que visam impedir, mitigar ou, excepcionalmente, compensar impactos identificados nos monitoramentos ambientais também exigidos pelo IBAMA.

Adiantamentos de clientes

Corresponde aos adiantamentos de clientes pela venda de energia. As receitas destas operações são reconhecidas no resultado quando ocorrem os fornecimentos das energias contratadas, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

24. BENEFÍCIO AOS EMPREGADOS

Furnas patrocina planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos - BD, Contribuição Definida - CD, Plano de Saúde e Benefícios Rescisórios (Plano de Aposentadoria Extraordinária e Plano de Incentivo ao Desligamento). A gestão dos planos de previdência da Empresa é responsabilidade da Fundação Real Grandeza (FRG), entidade sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira.

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Furnas oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde conforme apresentado na tabela a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Obrigações Estimadas	1.080	36.815	1.080	36.815
Total	**1.080**	**36.815**	**1.080**	**36.815**
Não Circulante				
Planos Previdenciários (25.1)	24.694	37.972	24.694	37.972
Planos de saúde (25.2)	92.620	83.411	95.055	83.411
Benefícios Rescisórios	0	4.697	0	4.697
Obrigações Estimadas	92	1.211	92	1.211
Total	**117.406**	**127.291**	**119.841**	**127.291**

24.1 Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial - Planos Previdenciários	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas **(a)**	14.076.003	13.034.860
(–) Valor justo dos ativos do plano **(b)**	(14.800.723)	(13.863.010)
Valores disponíveis imediatos	(445)	(175)
Realizável previdenciário	(94.264)	(84.147)
Renda fixa	(15.782.786)	(12.359.677)
Renda variável	(666.861)	(2.727.479)
Investimentos imobiliários	(369.379)	(492.865)
Empréstimos e financiamentos	(110.411)	(166.200)
Tesouraria	38.151	35.643
Outros	(97.542)	(89.033)
(–) Exigíveis previdenciários	216.281	179.571
(–) Exigíveis de investimentos	143.986	135.274
Valor justo - Parte CD	1.922.547	1.706.078
Passivo (Ativo) líquido	(724.720)	(828.150)
Efeito de restrição sobre o ativo	749.414	866.122
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	24.694	37.972
Circulante	–	–
Não Circulante	24.694	37.972

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	12.688	13.995
Custos dos juros líquidos	1.487	5.434
Despesa (despesa) atuarial reconhecida no exercício	14.175	19.429

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Planos Previdenciários	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**13.034.860**	**13.606.821**
Custos dos serviços correntes líquidos	12.688	13.995
Contribuição dos participantes ativos	4.610	5.513
Custos dos juros	1.291.304	1.245.136
Benefícios pagos	(1.280.843)	(1.208.131)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	341.398	(41.540)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	664.590	(912.541)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	7.396	325.607
Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**14.076.003**	**13.034.860**

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos, enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

Movimentação do Valor Justo - Planos Previdenciários	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**13.863.010**	**13.644.084**
Receita de juros	1.379.635	1.251.011
Contribuições patronais	42.088	40.010
Contribuições de participantes do plano	4.610	5.513
Benefícios pagos/adiantados	(1.280.843)	(1.208.131)
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receitas de juros)	792.222	130.523
Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**14.800.722**	**13.863.010**

24.1.1 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2023	2022
Taxa de juros real de desconto atuarial	5,34%	6,13%
Projeção de aumento médio dos salários	2,09%	2,00%
Taxa de crescimento real dos benefícios	0,00%	0,00%
Duration	8,10	9,86

Hipóteses Demográficas		
	2023	2022
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Basic Segregada por sexo	AT-2000 Basic Segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled por sexo	AT-49 Segregada por sexo
Tábua de invalidez	Álvaro Vindas SUAV 50%	Álvaro Vindas SUAV 50%

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes:

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 1.984.703 ou aumento de R$ 138.084, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 45.568 ou teria uma redução de R$ 40.949, respectivamente.

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usadas na preparação da análise de sensibilidade.

24.2 Planos de saúde

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanço Patrimonial - Planos de saúde	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	93.620	83.411
(–) Valor justo dos ativos do plano	–	–
Passivo (Ativo) líquido	93.620	83.411
Circulante	–	–
Não Circulante	92.620	83.411

Demonstração do Resultado - Planos de saúde	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo do serviço corrente	–	–
Custos dos juros líquidos	8.410	10.669
Despesa (receita) atuarial reconhecida no exercício	8.410	10.669

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referentes aos planos de saúde, são as seguintes:

Movimentação do Valor Presente - Plano de saúde	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**83.411**	**75.436**
Custos dos serviços correntes líquidos	–	–
Custos dos juros	8.410	7.071
Benefícios pagos	(5.704)	(5.012)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	(1.333)	–
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	7.525	(7.398)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	311	13.314
Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**92.620**	**83.411**

24.3 Resultados consolidados atuariais

Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**1.996.161**	**1.994.254**
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas	1.019.886	(626.164)
Retorno sobre ativos do plano	(792.222)	(130.523)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(206.525)	759.577
Outros Ajustes - Encerramento do plano	(4.697)	–
Ativos / Passivos diferidos - Laudo atuarial	(5.590)	(983)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023 e 2022	**2.007.013**	**1.996.161**

24.4 Contribuições patronais

Análise dos vencimentos anuais esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Controladora/Consolidado	1.087.452	1.008.673	934.111	934.111	1.486.145	8.718.131	14.168.623

Furnas espera contribuir com R$ 1.087.452 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício.

Prática Contábil

Planos previdenciários

Furnas patrocina planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. Furnas possui planos de contribuição definida e de benefício definido.

- Nos planos de contribuição definida, Furnas faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

  Furnas efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. Furnas não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.
- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, Furnas tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

  O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

Outras obrigações pós-emprego

Furnas oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado por Furnas antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. Furnas reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando não mais puderem retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos benefícios aos empregados é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos.

25. CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.860**	**37.202**	**1.860**	**37.202**
Incorporação MESA	–	–	27.419	292.460
Encargos	–	3.297	–	5.588
Ajuste valor presente	–	–	(31)	9.550
Transferência para circulante	120	(120)	14.604	(14.604)
Amortização	–	(2.940)	(13.909)	(2.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.980**	**37.439**	**29.943**	**327.256**
Incorporação MESA	–	–	1.131	11.266
Encargos	–	2.503	–	2.503
Ajuste valor presente	–	–	–	8.413
Transferência para circulante	99	(99)	1.346	(1.346)
Amortização	–	(2.439)	–	(2.439)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.079**	**37.404**	**32.420**	**345.652**

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	31/12/2023	31/12/2022
2024	2.079	32.420
2025	1.976	34.234
2026	1.976	35.441
2027	1.976	36.752
2028	1.976	38.124
Após 2028	29.500	201.102
Total	**39.483**	**378.073**

	CONTROLADORA			
	Valor Original		Valor atualizado	
Usina	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha - 35 anos	249	4.819	385	7.457
Simplício - 35 anos	972	19.530	1.591	32.026

	CONSOLIDADO			
	Valor Original		Valor atualizado	
Usina	Pagamento Anual	Saldo a pagar	Pagamento Anual	Saldo a pagar
Batalha - 35 anos	249	4.819	385	7.457
Simplício - 35 anos	972	19.530	1.591	32.026
Santo Antônio - 35 anos	12.137	247.788	29.210	325.580
Consórcio Baguari - 35 anos	408	7.752	1.076	8.365
UHE Retiro Baixo - 35 anos	54	4.644	54	4.644

26. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Furnas e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito administrativo e judiciário, principalmente nas esferas tributária, trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos cíveis - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, (ii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários - Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios - Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais - Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

26.1 Provisões para litígios

A Empresa e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Cíveis	–	–	94.403	62.285
Trabalhistas	–	–	1.627	165
Fundiários	–	–	201.782	–
Ambientais	–	–	146	–
Outros	–	–	–	
	–	–	297.958	62.450
Não Circulante				
Trabalhistas	621.642	740.124	621.806	744.182
Tributárias	669.608	537.949	669.608	537.949
Cíveis	634.615	497.778	712.866	581.657
Regulatórios	394.440	363.099	394.440	363.099
Fundiários	280.272	288.430	390.360	416.240
	2.672.314	2.491.221	2.869.748	2.706.968
Total	**2.672.314**	**2.491.221**	**3.167.706**	**2.769.418**

Estas provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.491.221**	**2.769.418**
Aquisição de Controle Investidas	–	11.040
Constituição de provisões	389.455	615.866
Reversão de provisões	(297.187)	(350.568)
Atualização Monetária / Reversão de Atualização Monetária	88.825	121.950
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.672.314**	**3.167.706**

Os litígios, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são apresentadas a seguir:

26.1.1 Trabalhistas

Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, e em 31 de dezembro de 2023 esses processos somam R$ 623.433 (R$ 744.347 em 31 de dezembro de 2022). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de reclamações vinculadas, principalmente, a: (i) disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões e ao terço constitucional de férias, bem como a outros itens amparados pela legislação trabalhista brasileira que o reclamante julga ter direito, ou, mesmo tendo recebido o direito, julgou que foi por valor diverso do que deveria; e (ii) complementação de aposentadoria equiparada à remuneração dos empregados ativos. Dentre os processos relevantes:

- R$ 180.625 (R$ 228.954 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria;
- R$ 99.767 (R$ 113.919 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;
- R$ 129.942(R$ 116.890 em 31 de dezembro de 2022) referente à demanda de trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do TST (Tribunal Superior do Trabalho); e
- R$ 29.220 (R$ 25.272 em 31 de dezembro de 2022) referente à demanda de ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador.

26.1.2 Tributários

Em 31 de dezembro de 2023 os processos tributários prováveis somam R$ 669.608 (R$ 537.949 em 31 de dezembro de 2022). Dentre os processos de natureza tributária destacamos:

- **Desconstituição de crédito tributário - IRPJ (Processo nº 5011315-38.2018.4.02.5101)**

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R$ 206.621 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 194.841 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação anulatória que visa a desconstituição de crédito tributário.

A Empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

- **Auto de infração - PIS/COFINS (Processo nº 0084092-14.2015.4.02.5101)**

O montante classificado com prognóstico de perda provável, e integralmente depositado em juízo, é R$ 202.475 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 189.208 em 31 de dezembro de 2022). O processo refere-se a uma ação anulatória. A União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o auto de infração, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas contra a União Federal, com a finalidade de questionar a cobrança final decorrente de auto de infração que apontou incompatibilidade entre os valores de PIS/COFINS informados por meio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON) no exercício de 2010. Furnas tinha o entendimento de que as receitas recebidas pelo uso da rede elétrica de Itaipu seriam isentas, não as submetendo à incidência do PIS/COFINS. O pedido de Furnas foi julgado improcedente, porém a Empresa apresentou recurso de apelação e aguarda julgamento.

- **Creditamento de PIS/COFINS**

A Administração da Empresa reavaliou o risco envolvendo quatro processos que envolvem creditamento indevido de PIS/COFINS sobre as despesas de bens e serviços como insumos, e os prognósticos de riscos dos processos foram alterados de possível para provável em setembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o montante classificado com prognóstico de perda provável é de R$ 78.285.

- **Compensações de IRPJ e CSLL (Processo nº 0085231-98.2015.4.02.5101)**

O montante classificado com prognóstico de perda provável é R$ 94.507 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 89.375 em 31 de dezembro de 2022). Além disso, a Empresa tem registrado com prognóstico de perda possível, conforme item 26.2.2. Trata-se de um processo da Fazenda Nacional contra Furnas referente a lançamentos fiscais com aplicação de multa de ofício em virtude da desconsideração de compensações de IRPJ e CSLL realizadas sem a apresentação de PER/DCOMP. O processo teve julgamento parcialmente procedente a Execução Fiscal.

A Empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

26.1.3 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023 os processos regulatórios prováveis somam R$ 394.440 (R$ 363.099 em 31 de dezembro de 2022).

- **Anulação de ato administrativo (Processo nº 0073708-71.2006.8.19.0001)**

O valor total classificado com prognóstico de perda provável é R$ 84.146 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 69.835 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de um processo movido pela Ampla Energia e Serviços S.A., referente à ação ordinária na qual a mesma pede a anulação de ato administrativo, alegando violação ao congelamento de preços, que foram implementadas pelos Decretos Lei n° 2.283/86 e nº 2.284/86.

- **Anulação de autos de infração ANEEL**

Furnas é parte em diversos processos regulatórios, e em 31 de dezembro de 2023 esses processos somam R$ 218.037 (R$ 207.893 em 31 de dezembro de 2022). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de recursos nos quais Furnas pede anulação para a desconstituição de ato administrativo.

26.1.4 Fundiários

Em 31 de dezembro de 2023 os processos fundiários prováveis somam R$ 592.142 (R$ 416.240 em 31 de dezembro de 2022). No caso dos processos fundiários destacamos:

• Indenização por servidão (Processo n° 0061172-72.2008.8.26.0224)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 177.273 (R$ 168.248 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de uma ação de indenização, movida pela Empreendimentos e Representações Cabuçu Ltda., por servidão de passagem de linha de transmissão elétrica Guarulhos-São José dos Campos ajuizada em 1985, referente à expropriação ocorrida em 1963. O autor iniciou o cumprimento de sentença por meio do processo nº 0020278-73.2016.8.26.0224, cujo trâmite foi suspenso pelo ajuizamento de Ação Rescisória por Furnas, autuada sob o nº 2123705-45.2016.8.26.0000. Considerando o acórdão proferido pelo TJSP favoravelmente a Furnas na ação rescisória, o cumprimento de sentença na ação de indenização encontra-se suspenso.

• Obrigação de fazer (Processo n° 0326606-20.2008.8.13.0019)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 81.734 (R$ 70.968 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação ordinária de obrigação de fazer impetrada pelo Município de Capitólio/MG em decorrência da construção da UHE Furnas.

• MESA

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 201.782 no Circulante e R$ 110.088 no Não Circulante (R$ 0 e R$ 127.810, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). MESA é parte envolvida em (i) ações movidas contra a Empresa por possíveis impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio no agravamento da cheia de 2014 ou desbarrancamento das margens do rio Madeira e consequentes danos a imóveis; (ii) pagamento de eventual valor complementar definido em juízo nas ações de desapropriação intentada pela Empresa relacionada aos imóveis necessários para composição do reservatório da UHE Santo Antônio; e (iii) ações de execução para entrega de imóveis destinados à compensação de área de Reserva Legal já entregues à comunidade reassentada pela Empresa por ocasião da implantação da UHE Santo Antônio para produção agrícola. Destacamos o provisionamento Joana D'arc, processo nº 0014433-03.2012.8.22.0001 de R$ 120.000 no Circulante, referente à ação civil pública movida pelo Ministério Público Estadual de Rondônia com o objetivo de se reconhecer supostos impactos da implantação e operação da UHE Santo Antônio sobre os Projetos de Assentamento Joana D'Arc I, II e III e exigir, além do pagamento de indenização e auxílios financeiros, o remanejamento das famílias afetadas pela companhia e o pagamento de dano moral coletivo e social.

26.1.5 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 os processos cíveis prováveis somam R$ 807.269 (R$ 643.942 em 31 de dezembro de 2022).

• Ações de cobrança - Integral Engenharia Ltda.

Diante das decisões desfavoráveis a Furnas, os prognósticos de riscos de quatro ações ajuizadas pela Integral Engenharia Ltda foram alterados de possível para provável, os valores constituídos somam R$ 165.762 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 172.821 como risco possível em 31 de dezembro de 2022). As ações postulam pagamentos pendentes de um contrato administrativo estabelecido, cujo objeto é a implantação do novo trecho da Ferrovia Centro Atlântica, nos municípios de Chiador e Além Paraíba/MG, para AHE Simplício - Queda única.

• Ação de responsabilidade civil - COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. (Processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001)

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 76.812 (R$ 65.541 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual movida pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra Furnas.

• Complementação de aposentadoria - Fundação Real Grandeza - FRG

Furnas é parte em diversos processos cíveis de perda provável no que que tange a complementação de aposentadoria, e em 31 de dezembro de 2023 esses processos somam R$ 208.521 (R$ 164.214 em 31 de dezembro de 2022). Os valores provisionados neste grupo são decorrentes de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da FRG.

• MESA

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2023 é R$ 86.235 (R$ 70.914 em 31 de dezembro de 2022). As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua maioria, (i)à indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, (ii) a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

26.2 Passivos contingentes

Adicionalmente, a Empresa possui processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Tributárias	8.202.716	8.071.808	9.223.804	9.021.105
Cíveis	790.139	641.075	3.222.093	3.273.079
Regulatórios	1.085.883	1.018.082	1.085.883	1.018.082
Trabalhistas	894.040	819.408	896.154	824.021
Ambientais	1.363.222	948.068	1.396.761	998.038
Fundiários	94.681	86.256	94.681	86.256
Total	**12.430.681**	**11.584.697**	**15.919.376**	**15.220.581**

Dado o estágio em que se encontram, os processos abaixo são acompanhados com maior atenção pela Administração, de modo que a ocorrência de desdobramentos desfavoráveis poderá acarretar uma reavaliação e, eventualmente, alteração no prognóstico de risco, sendo certo que, no atual momento, a classificação de risco adotada se mostra adequada e coerente com a avaliação realizada por nossos consultores jurídicos e representam nossa melhor estimativa contábil.

26.2.1 Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2023 os processos trabalhistas com risco possível somam R$ 896.154 (R$ 824.021 em 31 de dezembro de 2022). Furnas é parte em diversos processos trabalhistas, que não são individualmente materiais. Destacam-se:

- R$ 213.255 (R$ 222.711 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por ex-trabalhadores terceirizados que sustentam ser Furnas responsável de forma subsidiária pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas do seu empregador;
- R$ 151.850 (R$ 123.328 em 31 de dezembro de 2022) referente às ações movidas por funcionários que pleiteiam o recebimento de horas extras trabalhadas;
- R$ 29.690 (R$ 53.526 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por funcionários aposentados que pleiteiam o recebimento de sua complementação de aposentadoria; e
- R$ 85.977 (R$ 11.436 em 31 de dezembro de 2022) referente a ações movidas por trabalhadores pelo pagamento do adicional de periculosidade em suposta desconformidade com a súmula 191 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

26.2.2 Tributários

Em 31 de dezembro de 2023 os processos tributários com probabilidade possível somam R$ 9.223.804 (9.021.105 em 31 de dezembro de 2022).

• Auto de Infração - IRPJ e CSLL (Processo n° 5033017-06.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 1.976.858 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário. Em agosto de 2022 foi proferida sentença favorável a Furnas, tendo o juiz julgado procedente o seu pedido para afastar as cobranças perpetradas. A União Federal interpôs Apelação e aguarda-se o desenrolar do processo.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Auto de infração - PIS/COFINS (Processo n° 5002123-76.2021.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 1.730.503 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação anulatória de débito fiscal, proposta por Furnas em face da União Federal, objetivando a desconstituição de crédito tributário oriundo de suposta insuficiência de recolhimento.

• Auto de Infração - Prejuízo Fiscal (Processo nº 16682.722.946/2015-23)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 809.625 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 894.253 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de auto de Infração, lavrado pela Fazenda Nacional contra Furnas, em função da utilização de despesa ocorrida em 2000 como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. As despesas deduzidas no ano-calendário de 2010 foram rejeitadas pela autoridade fiscal. O Recurso Voluntário interposto por Furnas foi julgado parcialmente procedente para reduzir a multa isolada aplicada, porém a Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial de Divergência contra a decisão, que aguarda julgamento. O processo foi desmembrado para cobrança judicial da parcela relativa aos tributos não pagos em razão da Empresa ter efetuado compensações sem a utilização do PER/DCOMP. Deste modo, esse montante foi excluído do processo, restando apenas a quanto a esse ponto, de modo que esse montante foi excluído do presente processo, seguindo no CARF a discussão quanto à possibilidade de utilização como prejuízo fiscal de despesa tida em 2000, mas registrada diretamente na parte B do LALUR em 2009. Processo em última instância administrativa, tendo-se iniciado o julgamento na Câmara Superior de Recursos Fiscais, mas suspenso em razão de pedido de vista por um dos Conselheiros. Aguardando conclusão do julgamento.

• Cobrança de crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo n° 0085231-98.2015.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 853.717 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 809.118 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela União Federal contra Furnas, para cobrança de crédito tributário constituído em razão de diferenças de IRPJ e CSLL apuradas em decorrência do procedimento de compensação contábil efetuado por Furnas sem apresentação de instrumento hábil a tanto. Foi proferida sentença parcialmente procedente, para excluir a incidência da multa isolada que fora aplicada concomitantemente à multa de ofício. Na mesma sentença foi mantida a cobrança quanto às compensações procedidas sem PER/DCOMP. Furnas apresentou recurso de apelação contra a sentença, que aguarda julgamento. Em sede de recurso, o TRF2 manteve a sentença. Aguarda-se a movimentação do processo para interposição de recursos.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Crédito tributário - IRPJ e CSLL (Processo nº 5015422-23.2021.4.02.5101)

O montante total classificado com prognóstico de perda possível é R$ 725.103 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 677.561 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal de crédito tributário, tendo como partes União Federal (autora) e Furnas (ré), decorrente do lançamento de ofício de valores de IRPJ e CSLL, do período de 01/2012 a 12/2012, acrescidos de multa de ofício. O referido lançamento decorreu da glosa, pela Receita Federal, da exclusão realizada por Furnas da base de cálculo dos tributos acima mencionados referente ao valor recebido por Furnas em razão da prorrogação por adiantamento ao Contrato de Concessão para transmissão de energia elétrica n° 062/2001 – ANEEL, de 04/12/2012. Furnas, naquele momento, entendeu que este montante possuía caráter indenizatório e, por esta razão, estaria isenta de tributação. Os embargos à execução ajuizados por Furnas foram julgados procedentes, tendo sido cancelados os débitos discutidos. A União interpôs apelação, sendo o processo remetido à 2ª instância.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• Cobrança de ICMS (Processo n° 0046753-12.2020.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 625.835 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 584.992 em 31 de dezembro de 2022). Furnas ajuizou ação anulatória contra o Estado do Rio de Janeiro para discutir a cobrança de ICMS sobre o gás adquirido pela UTE Santa Cruz para geração de energia, cuja operação seguinte – venda da energia – estava sob regime de diferimento de ICMS. Foi proferida sentença julgando improcedente o pedido de Furnas, que interpôs recurso de apelação e aguarda análise pelo Tribunal.

• Execução Fiscal - IRPJ (Processo n° 5062386-45.2019.4.02.5101)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 147.223 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 138.543 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Execução Fiscal, ajuizada pela Fazenda Nacional contra Furnas, para exigir crédito tributário relativo à aplicação de multas isoladas pela suposta falta de recolhimento das estimativas mensais no exercício de 2011. Considerou-se que a resolução da lide depende do desfecho da discussão quanto às compensações travada na Execução Fiscal 5011315-38/.2018.4.02.5101, razão pela qual o juiz da 8ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro suspendeu o presente processo até o trânsito da decisão proferida naquela Execução.

A empresa avaliou o tratamento fiscal incerto em relação a contingência ao tema de acordo com ICPC 22 e IFRIC 23.

• MESA, controlada de Furnas, tem processos com diagnóstico de perda possível que somam R$ 1.021.088 (R$ 949.297 em 31 de dezembro de 2022).

Processos administrativos ou judiciais para discussão de (i) não homologação de pedidos de compensação formalizados perante a Delegacia Especial da Receita Federal; (ii) não homologação de compensação de IRRF; (iii) defesa em autos de infração e demandas judiciais questionando o recolhimento de ISSQN devido pela SAE em razão de prestadores de serviço da Controlada; (iv) multas relativas ao cumprimento de obrigações acessórias relacionadas ao PIS e a COFINS; e (v) Defesa em notificação recebida da Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia-SEFIN-RO para proceder o levantamento e o recolhimento das diferenças de ICMS relativas ao Diferencial de Alíquota das operações de entradas interestaduais de mercadorias eventualmente realizadas, ambos na vigência do Termo de Acordo de Regime Especial nº 058/2014.

26.2.3 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2023 os processos regulatórios com risco possível somaram R$ 1.085.883 (R$ 1.018.082em 31 de dezembro de 2022).

• Declaração de nulidade (Processo n° 0026448-59.2002.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 309.541 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 319.609 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de declaração de nulidade, tendo como partes AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S.A. (autor) e Furnas e outros (réus), do Despacho da ANEEL nº 288/02 que revogou os itens 2.10.6, 2.11.1 (b), 2.11.2 e 8.3.2 das regras de mercado do MAE, homologadas pela Resolução nº 290/2000 da ANEEL. Busca-se o refazimento da contabilização e liquidação das operações da AES Sul, sem a aplicação das regras do Despacho nº 288/02.

• Mandado de segurança (Processo n° 0018333-44.2005.4.01.3400)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 282.681 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 269.951 em 31 de dezembro de 2022). O processo tem como partes Furnas (autora) e ANEEL (ré), e trata-se de um mandado de segurança impetrado contra o ato do Diretor Geral da ANEEL que determinou o pagamento de encargos advindos da assinatura do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST), Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) e CUD referente à UTE Cuiabá. A contingência é baseada em reflexos pecuniários na hipótese de não ser concedida a segurança e Furnas ser obrigada a assinar tais contratos regulados.

26.2.4 Cíveis

Em 31 de dezembro de 2023 os processos cíveis e outros com risco possível somaram R$ 3.222.093 (R$ 3.273.079 em 31 de dezembro de 2022).

• Ação de cobrança - CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R$ 235.706 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de cobrança interposta pela CPFL contra Furnas.

• Ações de cobrança - Integral Engenharia Ltda.

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R$ 111.477 (R$ 99.558 em 31 de dezembro de 2022). São duas ações que postulam pagamentos pendentes de contratos administrativos estabelecidos.

• Ação de responsabilidade civil - Comércio Camargo Corrêa S.A. (Processo nº 0155660-53.1998.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R$ 53.139 (R$ 50.178 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de ação de responsabilidade civil extracontratual movida pela empresa Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. contra Furnas.

• Reembolso de despesas - Real Grandeza (Processo n° 0286385-32.2018.8.19.0001)

O montante classificado com prognóstico de perda possível, em 31 de dezembro de 2023, é R$ 115.239 (R$ 100.708 em 31 de dezembro de 2022). O processo tendo como parte contrária a Fundação de Previdência e Assistência Social – Real Grandeza, e trata-se de cobrança de reembolso para as devidas patrocinadoras da Fundação Real Grandeza.

• MESA, controlada de Furnas, tem processos com diagnóstico de perda possível que somam R$ 2.431.954 (R$ 2.632.004 em 31 de dezembro de 2022).

As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a indenização por suposta redução da quantidade de peixes no rio Madeira em razão da construção das Usinas Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e consequente queda da produção pesqueira, a indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pela implantação ou operação da Hidrelétrica Santo Antônio (ou do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira) ou que pretendem majorar e/ou receber indenizações por conta das desapropriações realizadas.

26.2.5 Ambientais

Em 31 de dezembro de 2023 os processos ambientais com risco de perda possível somaram R$ 1.396.761 (R$ 998.038 em 31 de dezembro de 2022).

• Reparação Civil de Danos Ambientais (Processo nº 000083-097/2014)

O montante classificado com prognóstico de perda possível é R$ 812.002 (R$ 812.002 em 31 de dezembro de 2022). Trata-se de Área De Preservação Permanente da Usina de Manso, tendo como parte Ministério Público Do Estado De Mato Grosso, sob acompanhamento da 15ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente Natural de Cuiabá, a fim de verificar a situação de operação do UHE Manso. Foi elaborado pelo Ministério Público o Relatório Técnico nº 219/2022, por meio do qual concluiu que a valoração do dano ambiental, considerando o exercício da atividade sem licença ambiental e o não cumprimento das condicionantes.

• Auto de Infração Ambiental (Processo nº 309529/2023)

Auto de Infração ambiental emitido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), enquadrado no art. 112, do Decreto estadual nº 47.383/18, provisionado a partir de março/2023, no montante atualizado de R$ 322.574.

• Auto de Infração Ambiental (Processo nº 001/2020)

Auto de Infração ambiental emitido pela Secretaria de Cultura, Turismo e Meio Ambiente do município de Chapada do Guimarães - MT, segundo o qual Furnas teria descumprido o disposto na Lei Municipal nº 1.645/2015, no montante atualizado de R$ 49.252.

26.3 Cauções e depósitos vinculados

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante				
Cauções e outros depósitos vinculados	–	–	125.181	137.708
Ativo Não Circulante				
Cauções e outros depósitos vinculados	14.405	14.391	230.379	51.705
Trabalhistas	260.322	359.346	260.817	359.346
Regulatórios	243.150	232.203	243.150	232.203
Tributários	466.046	241.174	466.046	241.174
Cíveis	199.229	178.402	214.180	191.367
Ambientais e fundiários	2.855	53.493	2.855	53.493
Bloqueios (BacenJud)	–	1.717	–	1.717
Outros	42.969	–	44.420	–
Total	**1.228.976**	**1.080.726**	**1.587.028**	**1.268.713**

Prática Contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Empresa.

Os depósitos judiciais são mensurados inicialmente pelos seus valores nominais e subsequentemente atualizados monetariamente por índices determinados pelos tribunais de justiça, que variam em função da natureza da ação judicial. A redução do saldo ocorre quando há levantamentos de depósitos, seja pela empresa ou pela contraparte.

Estimativas e julgamentos críticos

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

27. OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo as obrigações de: Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a projetos na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas.

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
CDE	9.436.323	8.557.397
Revitalização	1.763.193	1.814.755
Total	**11.199.516**	**10.372.152**
Circulante	598.781	405.668
Não Circulante	10.600.735	9.966.484
Total	**11.199.516**	**10.372.152**

27.1 Movimentação das obrigações Lei nº 14.182/2021

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	Conta Desenvolvimento Energético	Revitalização das Bacias Hidrográficas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**8.557.397**	**1.814.755**
Atualização Monetária	398.155	87.206
Encargos	659.250	93.427
Juros Pagos	(10.635)	(8.737)
Amortização do Principal	(167.844)	(223.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**9.436.323**	**1.763.193**

Em abril de 2023, foi realizada o pagamento da segunda parcela à CDE, no montante de R$ 178.479, conforme Resolução CNPE 30, de 21 de dezembro de 2021 e no âmbito do processo de desestatização da Companhia.

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
	Conta Desenvolvimento Energético[1]	Revitalização das Bacias Hidrográficas[2]	Total
2024	356.970	241.811	598.781
2025	497.640	228.835	726.475
2026	616.662	216.555	833.217
2027	716.390	204.935	921.325
Após 2027	7.248.661	871.057	8.119.718
Total	**9.436.323**	**1.763.193**	**11.199.516**

[1] Final em 2047; e
[2] Final em 2032.

Prática Contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

As taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2023 o patrimônio líquido da Empresa, no valor de R$ 58.009.898 (R$ 45.249.779 em 31 de dezembro 2022).

O capital social de Furnas, no total de R$ 35.344.145 (R$ 15.439.373 em 31 de dezembro 2022), está distribuído entre ações ordinárias e preferenciais como segue:

	31/12/2023					
	Ordinárias		Preferencias		Capital Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	108.413.708	100,00%	19.527.766	100,00%	127.941.474	100,00%
Ações em tesouraria	91.147	–	110.864	–	202.011	–
Total	**108.504.855**	**100%**	**19.638.630**	**100%**	**128.143.485**	**100%**

	31/12/2022					
	Ordinárias		Preferencias		Capital Total	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	69.585.004	99,87%	19.433.351	98,95%	89.018.355	99,67%
Outros	91.700	0,13%	205.279	1,05%	296.979	0,33%
Total	**69.676.704**	**100%**	**19.638.630**	**100%**	**89.315.334**	**100%**

Em novembro de 2023, foi realizado o aumento de capital da Empresa, no valor de R$19.904.772, mediante a emissão de 38.828.150.625 (trinta e oito bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, cento e cinquenta mil, seiscentos e vinte e cinco) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo integralizado com o AFAC realizado em dezembro de 2022 no valor de R$8.400.000 e mediante créditos detidos contra a Santo Antônio Energia S.A..

28.1 Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da Empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

28.2 Reservas de lucros

	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Total de reservas de lucro
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.175.325**	**2.006.546**	**18.472.499**	**18.054.370**
Distribuição de JCP	–	(2.006.546)	(521.954)	2.528.500)
Constituição de reservas	300.795	–	3.951.612	4.252.407
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.476.120**	**–**	**18.302.157**	**19.778.277**

28.2.1 Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

28.2.2 Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

28.3 Distribuição de Resultado

O estatuto de Furnas estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

	CONTROLADORA	
Destinação do Exercício	31/12/2023	31/12/2022
Lucros acumulados	–	–
Ajustes de SPEs	(39.325)	–
Lucro do exercício	6.055.233	1.658.243
(–) Reserva Legal	(300.795)	(82.911)
(–) Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	(1.763.501)	(393.833)
(–) Dividendo adicional proposto	–	(480.046)
(–) Reserva de lucros a realizar	(3.951.612)	(701.453)
Total	**–**	**–**

29. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Geração				
Suprimento	3.163.283	2.638.371	7.780.920	5.071.720
Fornecimento	1.134.391	1.337.731	1.461.775	1.404.179
CCEE	308.034	483.665	308.272	486.045
Receita de operação e manutenção	1.454.676	1.621.669	1.362.088	1.621.669
Receita de construção	–	7.324	–	7.324
	6.060.384	6.088.760	10.913.055	8.590.937
Transmissão				
Receita de operação e manutenção	2.492.030	2.247.280	2.492.030	2.205.586
Receita de construção	1.249.585	480.112	1.249.585	480.112
Receita financeira contratual	2.931.600	3.236.626	2.931.600	3.252.503
	6.673.215	5.964.018	6.673.215	5.938.201
Outras receitas	39.385	19.641	43.014	17.590
(–) Deduções à Receita operacional				
(–) ICMS	(151.759)	(187.896)	(184.507)	(193.312)
(–) PIS e COFINS	(1.189.541)	(1.028.406)	(1.653.127)	(1.267.674)
(–) ISS	(521)	(1.076)	(521)	(1.076)
(–) Encargos Setoriais	(577.028)	(584.270)	(724.334)	(646.478)
	(1.918.849)	(1.801.648)	(2.562.489)	(2.108.540)
Receita operacional líquida	**10.854.135**	**10.270.771**	**15.066.795**	**12.438.188**

Prática Contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Empresa satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Empresa entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas foi alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia (PIE), em 20% ano, atingindo a alteração completa em 05 anos.

Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Empresa registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Empresa reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Empresa inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida (ROL), pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota explicativa 9.

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(678.171)	(305.543)	(983.714)	(738.331)	(387.379)	(1.125.710)
Programa de demissão voluntária (PDV)	–	(134.526)	(134.526)	(52.590)	(201.453)	(254.043)
Material	(35.229)	(4.550)	(39.779)	(34.500)	(2.711)	(37.211)
Serviços	(336.647)	(234.843)	(571.490)	(356.249)	(327.750)	(683.999)
Energia comprada para revenda (vide nota 30.2)	(1.359.138)	–	(1.359.138)	(1.695.429)	–	(1.695.429)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(938.946)	–	(938.946)	(836.995)	–	(836.995)
Combustível para produção de energia elétrica	(284.941)	–	(284.941)	(611.060)	–	(611.060)
Construção	(1.225.582)	–	(1.225.582)	(319.545)	–	(319.545)
Depreciação e amortização	(563.851)	(45.173)	(609.024)	(374.582)	(57.448)	(432.030)
Doação e contribuições	–	(20.129)	(20.129)	–	(49.984)	(49.984)
Reversões e (Provisões) operacionais (vide nota 30.1)	–	(970.006)	(970.006)	–	(247.863)	(247.863)
Indenizações, perdas e danos	–	–	–	–	–	–
Outros	(71.733)	(76.691)	(148.424)	–	(523.539)	(523.539)
Total	**(5.494.238)**	**(1.791.461)**	**(7.285.699)**	**(5.019.281)**	**(1.798.127)**	**(6.817.408)**

	CONSOLIDADO					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(756.161)	(346.840)	(1.103.001)	(781.696)	(416.458)	(1.198.154)
Programa de demissão voluntária (PDV)	–	(134.526)	(134.526)	(52.590)	(201.453)	(254.043)
Material	(67.052)	(5.098)	(72.150)	(50.049)	(3.108)	(53.157)
Serviços	(493.820)	(293.964)	(787.784)	(461.669)	(365.718)	(827.387)
Energia comprada para revenda (vide nota 30.2)	(2.108.014)	–	(2.108.014)	(2.197.557)	–	(2.197.557)
Encargos sobre uso da rede elétrica	(1.620.856)	–	(1.620.856)	(1.177.689)	–	(1.177.689)
Combustível para produção de energia elétrica	(284.941)	–	(284.941)	(611.060)	–	(611.060)
Construção	(1.225.582)	–	(1.225.582)	(319.545)	–	(319.545)
Depreciação e amortização	(1.418.573)	(45.984)	(1.464.557)	(869.528)	(57.899)	(927.427)
Doação e contribuições	–	(20.129)	(20.129)	–	(49.984)	(49.984)
Reversões e (Provisões) operacionais (vide nota 30.1)	–	(929.133)	(929.133)	–	(306.606)	(306.606)
Indenizações, perdas e danos	–	–	–	–	–	–
Outros	(89.291)	(83.660)	(172.951)	–	(428.081)	(428.081)
Total	**(8.064.290)**	**(1.859.334)**	**(9.923.624)**	**(6.521.383)**	**(1.829.307)**	**(8.350.690)**

30.1 Provisões Operacionais

	CONTROLADORA	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para litígios	(551.445)	(79.500)
PECLD - Consumidores e revendedores	(12.680)	(85.625)
Reversão (Provisão) GAG melhoria	30.074	81.389
Reversão (Provisão) Passivo a descoberto - SPE Madeira Energia S.A.	–	705.864
Reversão (Provisão) perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)	369.161	(217.571)
Reversão (Provisão) de Participação nos lucros	(76.184)	47.328
Reversão (Provisão) perda com investimento	–	(24.677)
Reversão da provisão de contrato oneroso	(48.531)	280.528
Perda na aquisição controle MESA	–	(956.417)
Perda estimada na alienação de ativos	(638.731)	–
Outros	(41.670)	818
	(970.006)	**(247.863)**

	CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para litígios	(579.696)	(111.994)
PECLD - Consumidores e revendedores	(12.680)	(85.625)
Reversão (Provisão) GAG melhoria	30.110	81.389
Reversão (Provisão) Passivo a descoberto - SPE Madeira Energia S.A.	–	705.864
Reversão (Provisão) perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*Impairment*)	438.249	(243.821)
Reversão (Provisão) de Participação nos lucros	(76.184)	47.328
Reversão (Provisão) perda com investimento	–	(24.677)
Reversão da provisão de contrato oneroso	(48.531)	280.528
Perda na aquisição controle MESA	–	(956.417)
Perda estimada na alienação de ativos	(638.731)	–
Outros	(41.670)	819
	(929.133)	**(306.606)**

30.2 Energia elétrica comprada para revenda

	CONTROLADORA	
	31.12.2023	31.12.2022
Contratos iniciais/bilaterais	(1.344.527)	(1.695.429)
Energia de curto prazo	(14.611)	–
Total	**(1.359.138)**	**(1.695.429)**

	CONSOLIDADO	
	31.12.2023	31.12.2022
Contratos iniciais/bilaterais	(2.087.995)	(2.160.529)
Energia de curto prazo	(20.019)	(37.028)
Total	**(2.108.014)**	**(2.197.557)**

30.3 Programa de Demissão Voluntária

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizou R$ 134.526. O número total de inscritos no PDV de 2023 foi de 418 empregados. Conforme descrito no quadro abaixo:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Inscritos	**Quantidade de funcionários**	**Valor**
2022	527	254.043
2023	418	134.526
Total	**945**	**388.569**

30.4 Outras Receitas e Despesas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Impacto Lei 14.182/2021 - Concessões renovadas **(*)**	–	(1.338.982)	–	(1.338.982)
Ganho variação participação - Controladas	307.960	–	307.960	–
Resultado da alienação de ativos	46.741	–	46.741	–
Outras	(21.248)	–	(18.039)	–
Total	**333.453**	**(1.338.982)**	**336.662**	**(1.338.982)**

(*) Os valores residuais das concessões que foram afetadas pela Lei 14.182/2021 foram baixados contra o resultado do exercício, em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	35.253	40.410	21.617	40.410
Receita de aplicações financeiras	1.401.848	317.691	1.489.004	418.682
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	2.527	1.617	2.569	1.649
Receita de juros sobre dividendos	348	1.351	1.008	1.351
Outras receitas financeiras	2.964	12.657	18.872	14.187
(–) Tributos sobre receitas financeiras	(73.648)	(27.222)	(79.225)	(32.528)
	1.369.292	346.504	1.453.845	443.751
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	(1.760.438)	(1.243.185)	(3.882.561)	(2.060.854)
Encargos sobre arrendamentos	(10.990)	(10.682)	(10.990)	(10.682)
Encargos sobre recursos de acionistas	–	(42.295)	–	(42.295)
Encargos sobre parcelamento de débitos fiscais	(16.395)	(17.485)	(24.130)	(17.485)
Outras despesas financeiras	(199.083)	(111.227)	(332.619)	(182.179)
	(1.986.906)	(1.424.874)	(4.250.300)	(2.313.495)
Itens financeiros, líquidos				
Variações monetárias	(410.398)	64.479	(499.981)	125.736
Variações cambiais	24.176	24.095	24.693	24.095
	(386.222)	88.574	(475.288)	149.831
Resultado financeiro	**(1.003.836)**	**(989.796)**	**(3.271.743)**	**(1.719.913)**

Prática Contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota explicativa 18, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota explicativa 27, os juros dos passivos de arrendamentos e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

32.1 Gestão do Risco de Capital

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos (vide nota 18), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (TVM), sem considerar o caixa restrito e TVM restrito, notas 6 e 7. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	10.091.451	7.984.494	16.869.950	28.517.701
(–) Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.457.297)	(3.766.459)	(5.141.038)	(4.764.303)
(–) Títulos e Valores Mobiliários	(2.629.221)	(6.538.334)	(2.629.221)	(6.538.334)
Exposição líquida	3.004.933	(2.320.299)	9.099.691	17.215.064
(+) Total do Patrimônio Líquido	58.009.898	45.249.779	58.104.498	45.483.362
Total do Capital	**61.014.831**	**42.929.480**	**67.204.189**	**62.698.426**
Índice de Alavancagem Financeira	5%	-5%	14%	27%

32.2 Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Empresa usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos Financeiros					
Custo amortizado	**Nível**	10.411.767	13.045.031	11.938.898	14.698.056
Caixa e equivalentes de Caixa		4.457.297	3.766.459	5.141.038	4.764.303
Clientes		1.830.488	1.542.103	2.417.682	2.009.297
Dividendos a receber - remuneração dos investimentos		265.785	117.409	163.929	117.409
Depósitos judiciais		1.228.976	1.080.726	1.587.028	1.268.713
Títulos e Valores Mobiliários		2.629.221	6.538.334	2.629.221	6.538.334
Passivos Financeiros					
Custo amortizado		22.954.848	20.083.248	30.394.685	41.251.543
Empréstimos, financiamentos e debêntures		10.091.451	7.984.494	16.869.950	28.517.701
Fornecedores		872.553	851.363	1.133.000	1.068.576
Arrendamentos		78.687	93.023	105.199	193.118
Concessões a Pagar UBP		39.483	39.419	378.073	357.199
Remuneração aos acionistas		673.158	742.797	708.947	742.797
Obrigações Lei 14.182/2021		11.199.516	10.372.152	11.199.516	10.372.152

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (nível 3), e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

32.3 Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades a Empresa é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Empresa.

Para a gestão de riscos financeiros, a Controladora definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

32.3.1 Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de Furnas ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Empresa não apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa.

32.3.2 Risco de taxa de juros

a.1) Indexadores Nacionais

● Risco de apreciação das taxas de juros

			Efeito no Resultado		
		Saldo em 31/12/2023	Cenário I - Provável 2023[1]	Cenário II (+25%)[1]	Cenário III (+50%)[1]
TJLP	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(414.466)	(27.065)	(33.831)	(40.597)
	Impacto no resultado	–	(27.065)	(33.831)	(40.597)
CDI	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(8.040.317)	(806.444)	(1.008.055)	(1.209.666)
	Impacto no resultado	–	(806.444)	(1.008.055)	(1.209.666)
	Créditos Renegociados - Eletronuclear	250.872	9.082	11.352	13.622
IPCA	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(7.643.188)	(276.683)	(345.854)	(415.025)
	Impacto no resultado	–	(267.602)	(334.502)	(401.403)
Impacto no resultado dos índices		–	(1.101.110)	(1.376.388)	(1.651.665)

(1) Premissas adotadas:

	31/12/2023	Provável	25%	50%
TJLP	6,55%	6,53%	8,16%	9,80%
CDI	11,65%	10,03%	12,54%	15,05%
IPCA	0,56%	3,62%	4,53%	5,43%

32.3.3 Risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Empresa por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA					CONSOLIDADO				
	31/12/2023									
	Fluxo de pagamento									
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)										
Mensurados ao Custo Amortizado	4.038.719	5.508.498	4.759.885	8.287.959	22.595.061	5.139.215	6.549.774	6.273.733	12.072.176	30.034.898
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.878.636	3.931.473	2.948.259	973.296	9.731.664	2.647.657	4.889.417	4.362.280	4.610.809	16.510.163
Fornecedores	872.553	–	–	–	872.553	1.133.000	–	–	–	1.133.000
Concessões a pagar UBP	2.243	4.486	6.729	26.025	39.483	32.420	69.675	113.003	162.975	378.073
Arrendamentos	13.348	12.847	23.837	28.655	78.687	18.410	30.990	17.390	38.409	105.199
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	598.781	1.559.692	1.781.060	7.259.983	11.199.516	598.781	1.559.692	1.781.060	7.259.983	11.199.516
Remuneração aos acionistas	673.158	–	–	–	673.158	708.947	–	–	–	708.947

	31/12/2023									
	Fluxo de pagamento									
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Passivos Financeiros (Circulante / Não Circulante)										
Mensurados ao Custo Amortizado	4.198.413	2.951.916	6.414.838	8.914.802	22.479.969	5.920.511	3.971.190	8.693.751	27.345.113	45.930.565
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.216.694	2.400.768	4.162.628	1.637.897	10.417.987	3.639.769	3.330.071	6.241.768	19.840.695	33.052.303
Fornecedores	814.591	–	–	–	814.591	1.019.242	–	–	–	1.019.242
Concessões a pagar UBP	1.980	3.756	5.634	28.049	39.419	29.943	34.253	69.661	223.342	357.199
Arrendamentos	16.683	12.748	34.894	28.698	93.023	18.822	29.350	84.028	60.918	193.118
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	405.668	534.644	2.211.682	7.220.158	10.372.152	405.668	534.644	2.211.682	7.220.158	10.372.152
Remuneração aos acionistas	742.797	–	–	–	742.797	742.797	–	–	–	742.797
Adiantamentos de clientes	–	–	–	–	–	64.270	42.872	86.612	–	193.754

Prática contábil

Reconhecimento e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando Furnas, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

Furnas realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

Furnas considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Furnas baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Empresa são extintas e canceladas ou quando expiram.

Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia (nota explicativa 18.2). Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais (nota explicativa 31).

33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

33.1 Resultado por segmento

Os segmentos de negócios da Empresa divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Empresa, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são as seguintes:

	CONSOLIDADO							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Receita Operacional Líquida	–	9.107.384	5.959.411	15.066.795	–	7.273.291	5.164.897	12.438.188
Custos Operacionais	–	(6.081.023)	(1.983.267)	(8.064.290)	–	(5.467.101)	(1.054.282)	(6.521.383)
Despesas Operacionais	(691.886)	(750.341)	(417.107)	(1.859.334)	(1.044.636)	(383.982)	(400.689)	(1.829.307)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	–	–	–	–	–	–	19.874	19.874
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	(691.886)	2.276.020	3.559.037	5.143.171	(1.044.636)	1.422.208	3.729.800	4.107.372
Resultado Financeiro	–	–	–	(3.271.743)	–	–	–	(1.719.913)
Resultado de Participações Societárias	–	–	–	745.049	–	–	–	638.397
Outras receitas e despesas **(a)**	–	–	–	336.662	–	–	–	(1.338.982)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	–	–	–	2.944.202	–	–	–	(40.284)
Lucro Líquido no período	**–**	**–**	**–**	**5.897.341**	**–**	**–**	**–**	**1.646.590**

33.2 Ativos não circulantes por segmento

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

	31/12/2023				31/12/2022			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Imobilizado	182.069	23.545.740	240.748	23.968.557	132.328	24.593.343	–	24.725.671
Intangível	35.523	23.068.103	67.619	23.171.245	218.160	22.305.674	2.107	22.525.941
Ativo Contratual	–	–	25.172.584	25.172.584	–	–	24.763.617	24.763.617
	217.592	**46.613.843**	**25.480.951**	**72.312.386**	**350.488**	**46.899.017**	**24.765.724**	**72.015.229**

34. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações da Empresa com sua controladora, coligadas e controladas, SPEs e entidades governamentais são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

a) Empresas em que Furnas detém participações acionárias: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos de uso do sistema de Transmissão e serviços de terceiros; e

b) Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos, JCP e encargos financeiros.

34.1 Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

	CONTROLADORA										
	31/12/2023					31/12/2022					
Patrimonial	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
Ativos											
Clientes	18.191	12.983	8.535	–	22.416	14.148	4.458	7.824	–	17.776	–
Outras contas a receber	3.448	–	153	115	135.906	–	–	1.270	932	136.409	–
Dividendos / JCP a receber	101.856	45.552	118.377	–	–	–	46.007	71.402	–	–	–
PECLD (b)	–	–	–	–	(135.357)	–	–	–	–	(135.357)	–
Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão	–	–	–	–	(9.150)	–	–	–	–	(9.150)	–
Total Ativo	**123.495**	**58.535**	**127.065**	**115**	**13.815**	**14.148**	**50.465**	**80.496**	**932**	**9.678**	**–**
Passivos											
Fornecedores	159	11.980	14.288	303	21.525	–	12.266	10.282	231	49.334	105
Obrigações diversas	–	–	–	460	7.394	–	–	–	11.079	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	146.099	359.787	–	–	–	4.892	454.687	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	673.200	–	–	–	–	740.327	–
Outras contas a pagar	–	474	–	10.738	184	–	460	–	87.468	99	–
Total do Passivo	**159**	**12.454**	**14.288**	**157.600**	**1.062.090**	**–**	**12.726**	**10.282**	**103.670**	**1.244.447**	**105**

(a) Vide nota explicativa 13; e
(b) A PECLD com Empresas Eletrobras de R$ 135.357: (i) Eletropar - Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).

	CONTROLADORA												
	31/12/2023					31/12/2022							
Resultado	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós- emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas (a)	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a	Entidades benefício pós- emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos (b)	Administração Comum (c)	União Federal (d)
Receita uso da rede elétrica	92.607	44.957	41.997	–	246.070	78.418	38.210	35.242	–	206.603	–	–	14.904
Receitas de prestação de serviços	–	104	3.167	–	8.999	1.688	307	16.335	–	6.255	–	–	6.353
Outras receitas	2.351	–	455	10.351	6.970	526	–	102.698	83.280	8.079	408	–	2
Compra de Energia Elétrica	–	(104.464)	(145.249)	–	(2.018)	–	(107.769)	(179.883)	–	–	–	–	–
Encargos de Uso da Rede	(2.008)	(35.319)	(16.396)	–	(195.297)	(305)	(34.417)	(17.743)	–	(168.406)	–	–	–
Venda de Energia	103.531	19.847	54.010	–	–	97.869	12.674	39.505	–	–	–	–	14.898
Provisão perdas investimentos - SPE Mesa	–	–	–	–	–	(956.417)	–	–	–	–	–	–	–
Reversão da provisão com passivo a descoberto - SPE Mesa	–	–	–	–	–	705.864	–	–	–	–	–	–	–
Outras despesas	–	–	–	(3.432)	–	(182)	(125.129)	(27)	(334.416)	(24.556)	(796)	(22.405)	(376.118)
Receitas (Despesas) Financeiras	–	–	–	–	(2)	–	–	–	(1.333)	(75.071)	(130.534)	–	–
Encargos de dívidas	–	–	–	(28)	(30.310)	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**196.481**	**(74.875)**	**(62.016)**	**6.891**	**34.412**	**(72.539)**	**(216.124)**	**(3.873)**	**(252.469)**	**(47.056)**	**(130.922)**	**(22.405)**	**(339.961)**

(a) Vide nota explicativa 13;
(b) Em 2022: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CEF), Banco da Amazônia S.A. (BASA), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Votorantim (BV) e Banco do Nordeste (BNB) até 30 de junho de 2022;
(c) Em 2022: Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) até 30 de junho de 2022; e
(d) Em 2022: Ministério de Minas e Energia (MME), Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras), Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras), Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até 30 de junho de 2022.

34.2 Transações com partes relacionadas - Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do Consolidado:

	CONSOLIDADO								
	31/12/2023				31/12/2022				
Patrimonial	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós-emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico
Ativos									
Clientes	12.983	8.535	–	22.416	4.458	7.824	–	17.776	–
Outras contas a receber	–	153	115	135.906	–	1.270	932	136.409	–
Dividendos / JCP a receber	45.552	118.377	–	–	46.007	71.402	–	–	–
PECLD (b)	–	–	–	(135.357)	–	–	–	(135.357)	–
Imobilizado - Obrigações vinculadas à concessão	–	–	–	(9.150)	–	–	–	(9.150)	–
Total Ativo	**58.535**	**127.065**	**115**	**13.815**	**50.465**	**80.496**	**932**	**9.678**	**–**
Passivos									
Fornecedores	11.980	14.288	303	21.525	12.266	10.282	231	49.334	105
Obrigações diversas	–	–	460	7.394	–	–	11.079	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	146.099	359.787	–	–	4.892	454.687	–
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	673.200	–	–	–	740.327	–
Outras contas a pagar	474	–	10.738	184	460	–	87.468	99	–
Total Passivo	**12.454**	**14.288**	**157.600**	**1.062.090**	**12.726**	**10.282**	**103.670**	**1.244.447**	**105**

(a) Vide nota explicativa 13; e
(b) A PECLD com Empresas Eletrobras de R$ 135.357: (i) Eletropar - Uso da Infraestrutura do Sistema de Transmissão e fibra ótica, no montante de R$ 105.261; e (ii) Chesf - O valor registrado de R$ 30.096 refere-se a créditos oriundos da diferença entre os recursos disponibilizados por Furnas para liquidação parcial dos compromissos da Chesf nas operações no Mercado Atacadista de Energia (MAE).

	CONSOLIDADO										
	31/12/2023				31/12/2022						
Resultado	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a)	Entidades benefício pós- emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Controladas em conjunto (a)	Coligadas (a	Entidades benefício pós- emprego e de saúde	Empresas Eletrobras	Bancos	Administração Comum	União Federal
Receita uso da rede elétrica	44.957	41.997	–	246.070	38.210	35.242	–	206.603	–	–	14.904
Receitas de prestação de serviços	104	3.167	–	8.999	307	16.335	–	6.295	–	–	6.353
Outras receitas	–	455	10.351	6.970	–	102.698	83.280	8.079	408	–	2
Compra de Energia Elétrica	(104.464)	(145.249)	–	(2.018)	(107.769)	(179.883)	–	–	–	–	–
Encargos de Uso da Rede	(35.319)	(16.396)	–	(195.297)	(34.417)	(17.743)	–	(168.406)	–	–	–
Venda de Energia	19.847	54.010	–	–	12.674	39.505	–	–	–	–	14.898
Outras despesas	–	–	(3.432)	–	(125.129)	(27)	(334.416)	(24.556)	(796)	(22.405)	(376.118)
Receitas (Despesas) Financeiras	–	–	–	(2)	–	–	(1.333)	(75.071)	(130.534)	–	–
Encargos de dívidas	–	–	(28)	(30.310)	–	–	–	–	–	–	–
Total	**(74.875)**	**(62.016)**	**6.891**	**34.412**	**(216.124)**	**(3.873)**	**(252.469)**	**(47.056)**	**(130.922)**	**(22.405)**	**(339.961)**

(a) Vide nota explicativa 13.

34.3 Remuneração do pessoal- chave

A remuneração do pessoal- chave da Empresa (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios de curto prazo	3.407	5.379	8.401	7.038
Benefícios pós-emprego	392	228	392	228
Remuneração baseada em ações	2.247	–	2.247	–
Outros benefícios de longo prazo	2.003	–	4.452	–
Total	**8.049**	**5.607**	**15.492**	**7.266**

Prática contábil

A Empresa elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos Inter companhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Furnas e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Empresa pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negocial e decisório devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Empresa realizou atividades não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração do Fluxo de Caixa. As referidas operações estão demonstradas no quadro abaixo:

Transações não envolvendo caixa	CONSOLIDADO
Aquisição de imobilizado	**219.970**
Obrigações especiais vinculadas à concessão - TTNO	(219.970)
	–
JCP a pagar - Passivo Circulante	673.200
IRRF s/JCP - Passivo Circulante	118.800
Reserva de lucros - Patrimônio Líquido	(792.000)
Remuneração das participações societárias	667.715
Investimentos	(667.715)
Capitalização AFAC	(8.400.000)
Investimentos - assunção de dívida	(11.504.772)
Capital Social - Aumento	19.904.772
Remuneração das participações societárias	291.968
Investimentos	(291.968)
Combinação de negócios - Aquisições SPE	
Ativo	
Ativo de contrato	1.049.923
Imobilizado e Intangível	1.759.682
Outros ativos	319.341
	3.128.946
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	64.412
Impostos e contribuições diferidas	305.262
Remuneração aos acionistas	35.789
Outros passivos	105.947
	511.410

36. COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Empresa estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO					
Compromissos	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**Após 2029**
Venda de energia	3.950.638	3.084.479	1.821.307	1.007.032	884.731	8.714.227
Compra de energia	1.472.135	1.380.371	1.366.967	772.638	485.513	4.127.695
Relacionados a controladas em conjunto	148.086	–	–	–	–	–
Aquisições de imobilizados	2.339.671	2.665.570	1.450.691	1.775.083	399.202	1.158.755
Fornecedores de combustíveis	234.155	234.155	–	–	–	–
Construção	2.488	2.666	1.451	1.775	399	1.158
Sociambientais	37.899	37.899	37.899	37.899	37.899	37.860

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

37.1 Incorporação de Furnas pela Eletrobras

Em de janeiro de 2024, a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, informou que os seus acionistas reunidos na AGE, aprovaram, por maioria, a incorporação da subsidiária integral Furnas - Centrais Elétricas S.A..

A incorporação não acarretará aumento de capital, nem a emissão de novas ações pela Eletrobras e nem direito de recesso.

Após a verificação das condições suspensivas, a incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobras.

A incorporação de Furnas representa marco importante à reorganização societária da Eletrobras e simplificação de sua estrutura conforme previsto no Plano Estratégico.

CAIO POMPEU DE SOUZA BRASIL NETO
Diretor Presidente

LUIZ EDUARDO MARQUES MOREIRA
Diretor Administrativo - Financeiro

FRANSCISCO JOSÉ ARTEIRO DE OLIVEIRA
Diretor de Operação e Manutenção

LUIZ LAÉRCIO SIMÕES MACHADO JÚNIOR
Diretor de Comercialização

SIMONE DA SILVA CERUTTI DE AZEVEDO - Gerente de Contabilidade Geral - CRC - RJ 103826/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Furnas Centrais Elétricas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais de Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas" ou "Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de Furnas Centrais Elétricas S.A. e de Furnas Centrais Elétricas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

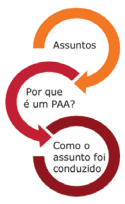
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Situação operacional das coligadas, controlada e de empresa controlada em conjunto

Conforme mencionado nas Nota 13.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a controlada em conjunto Teles Pires Participações S.A., a coligada Chapecoense S.A. e a controlada Madeira Energia S.A. apresentam excesso de passivos sobre ativos circulantes relevante em 31 de dezembro de 2023. As circunstâncias da controlada em conjunto, da coligada e da controlada demonstram a necessidade de manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Empresa e/ou demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.



Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Notas 14) e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto (Nota 13)	
O ativo imobilizado consolidado é composto, principalmente, pelos custos de construção de usinas de geração hidroelétrica e termoelétrica, para os quais uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados de cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) à qual os saldos se relacionam. Adicionalmente, a Empresa e suas controladas possuem saldos relevantes em investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Quando são identificadas evidências objetivas de perda nesses investimentos, a Empresa realiza a avaliação de valor recuperável com base nas projeções de fluxo de caixa descontado (valor em uso) ou seu valor justo líquido de despesa de venda, dos dois o maior. As projeções de fluxo de caixa foram preparadas com base na melhor estimativa da Administração da Empresa sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos e consideram premissas relacionadas aos resultados das atividades de cada UGC, coligadas ou controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como outras premissas que subsidiam essas projeções como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Empresa e por suas controladas para o ativo imobilizado e os investimentos. Além dos fatores citados acima, e considerando as deficiências de controles identificadas, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas internamente. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos investimentos e do ativo imobilizado da Empresa e suas controladas. Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas por UGC e dos investimentos em coligadas e controladas em conjunto, conforme aplicável, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos as projeções anteriores com os resultados auferidos, bem como verificamos os registros contábeis relacionados com a constituição e/ou reversão de perdas do valor recuperável dos ativos. Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos imobilizados e investimentos em coligadas e controladas em conjunto são consistentes com dados e informações obtidos.
Mensuração do ativo contratual de transmissão (Nota 9)	
O ativo contratual de transmissão refere-se ao direito da Empresa à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão que é remunerada pela Receita Anual Permitida - RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão. A mensuração desse ativo requer o exercício de julgamento significativo por parte da administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo. Adicionalmente, por se tratar de ativos de longo prazo, a determinação das margens de lucro desejadas é formada com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Empresa, nos riscos de atrasos nas obras, nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica e na identificação das taxas de remuneração. Essas taxas são a melhor representação do componente financeiro embutido nos fluxos de recebimentos futuros e também requerem o uso de julgamento significativo por parte da administração, afetando a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixa futuro. Consideramos essa área como foco de auditoria pois a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Empresa.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo contratual de concessões das linhas de transmissão de energia elétrica. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos (quando aplicável) e discutimos com a administração os principais aspectos, entre eles os componentes variáveis dos preços dos contratos. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Empresa com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como a definição das taxas de remuneração utilizadas e as margens dos contratos. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Provisões para litígios e passivos contingentes (Nota 27)	
A Empresa e suas controladas são partes passivas em processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, originados no curso normal dos negócios. A determinação das probabilidades de perda e, consequentemente, do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, exigem julgamento significativo da Empresa e de suas controladas, sendo reavaliados periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Devido à complexidade e incertezas relacionadas aos aspectos legais e constitucionais envolvidos em temas cíveis, trabalhistas e tributários e a seus possíveis impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como aos testes adicionais necessários em decorrência das deficiências de controles internos identificadas, consideramos essa como uma área de foco na nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação das provisões e das discussões em andamento. Obtivemos confirmações de assessores jurídicos, internos e externos, que patrocinam as causas da Empresa e suas controladas, para obtenção dos dados relacionados à avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Avaliamos, ainda, a governança em torno desse processo e a experiência dos assessores jurídicos internos e externos envolvidos nas ações. Para determinadas causas, com o apoio dos nossos especialistas, obtivemos opiniões legais de consultores jurídicos internos e externos, com o objetivo de avaliar a razoabilidade dos prognósticos determinados pelos advogados patronais das respectivas causas, bem como a argumentação e a existência de jurisprudências. Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em nota explicativa. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração para a determinação das provisões são consistentes com as divulgações efetuadas e os dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Combinação de negócios (Nota 13.2)	
Durante o último trimestre de 2023, a Empresa concluiu o processo de aquisição de controle da Baguari Energia S.A., da Retiro Baixo Energética S.A., da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. O processo de avaliação e mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos e da determinação do preço de aquisição foi conduzido pela Empresa, com o apoio de avaliadores externos contratados pela administração. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade inerente ao processo de combinação de negócios, que envolve a determinação da data de obtenção de controle e da contraprestação paga na transação, bem como na identificação dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração dos valores justos.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos relacionados à identificação, avaliação, mensuração e divulgação da combinação de negócios. Efetuamos a leitura dos contratos, atas de reunião e laudos de alocação do preço pago relacionados com as aquisições, bem como obtivemos evidências que fundamentaram a determinação do adquirinte e das datas de aquisição do controle da Baguari Energia S.A., da Retiro Baixo Energética S.A., da Triângulo Mineiro Transmissora S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. pela Empresa. Também contamos com o envolvimento de nossos especialistas em mercado de capitais para análise da metodologia utilizada pelos avaliadores externos contratados pela Empresa, para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando-os, quando disponíveis, com informações de mercado. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são consistentes com as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0